



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO

3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Calto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 09: Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Joselito Canto.

DECRETO LEGISLATIVO N° 007/95

DATA: 20 de junho de 1995

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado a ausentar-se do País.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 23 de junho e 06 de julho do corrente ano, com destino aos Estados Unidos da América do Norte, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e a Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Dezenove de Dezembro,
em 20 de junho de 1995.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA
ATA DA 57.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1995
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Nelson Garcia.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (48).
Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Caíto Quitana, Duílio Genari, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Nereu Moura e Toti Colaço (06).

Curitiba, quinta, em 22.06.95

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N° 039/95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender financeiramente a gerência das casas Familiares Rurais, agora denominada Casa de Campo, no que se refere ao custeio de 1995, de monitores e dos serviços administrativos dimensionados em Planos de Trabalho decorrentes de Convênio a ser firmado entre o Governo do Estado do Paraná e ACARFAR - Associação Regional Sul das Casas Familiares Rurais.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos

III e IV desta lei.

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I	I	I	I
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	1	1	1	1
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	1	1	1	1
1033	IIMPLANTACAO DE CASAS FAMILIARES	1	1	1	1
	IRURAIS	1	3132.00	1001	1
		1	3132.10	1001	1
TOTAL				1.000.000	1

CANCELAMENTO		ANEXO II		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I	I	I	I
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	1	1	1	1
3303	IDIRETORIA GERAL	1	1	1	1
2159	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	1	1	1	1
	IADMINISTRATIVA DA SEED	1	4121.00	1201	1
TOTAL				1.000.000	1

ACRESCIMO		ANEXO III		FL. 02	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I	I	I	I
1113.02.00	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	1	08	1	1
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	1	1	1	1
	ITRANSF.INTERST.E INTERMUN. E DE	1	1	1	1
	ICOMUNICACAO	1	1	1	1
TOTAL				1.000.000	1

REDUCCAO		ANEXO IV		FL. 02	
RECEITA CENT ANEXO				RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I	I	I	I
12119.02.00	IOPERACOES DE CREDITO INTERNAS	1	20	1	1
	IVINCULADAS	1	1	1	1
TOTAL				1.000.000	1

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com instalação, reforma e adaptação da sede e aquisição de equipamentos para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recursos para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei e alterado o Programa de Obras conforme Anexos IX e X.

Art. 4° - A abertura do presente crédito suplementar tem por finalidade angariar recursos orçamentários necessários para as obras de reforma, instalação da sede e aquisição de equipamentos para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		A N E X O I		FL. 01 RS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	IL FTIDI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I	I
2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I I I		I I	
2902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I	
2123	IPROGRAMAÇÃO A CARGO DA RADIO E ITELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA	I	I I I		I I	
		I 3211.03	I00ILI	400.000	I0569I	
		I 4311.01	I00ILI	1.300.000	I0569I	
		T O T A L		I 1.700.000	I	

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	IL FTIDI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I		I I	
0902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I	
1003	IINVESTIMENTOS PARA PRODUÇÃO E IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I	I I I		I I	
		I 4140.00	I20ILI	1.700.000	I0569I	
		T O T A L		I 1.700.000	I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I			FL. 02	
DA DESPESA					RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO	
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP	
3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I	I I		I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I	
	I	I	I I		I	
3062	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO	I	I I		I	
	IPARANA - TVE	I	I I		I	
2129	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DE	I	I I		I	
	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO	I	I I		I	
	IPARANA	I	I I		I	
	I	I 3132.03	I00ILI	200.000	I0569	
	I	I 3132.15	I00ILI	200.000	I0569	
	I	I 4110.00	I00ILI	350.000	I0569	
	I	I 4121.00	I00ILI	950.000	I0569	
T O T A L				I	1.700.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I V			FL. 02	
DA DESPESA					RS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DO	
I	I	I DA	IFTIDI		I PROC	
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP	
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO -	I	I I		I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I	
	I	I	I I		I	
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I	I I		I	
	ICOPEL	I	I I		I	
1850	IGERACAO, TRANSMISSAO,	I	I I		I	
	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS	I	I I		I	
	IAlternativas de aproveitamento	I	I I		I	
	IENERGETICO	I	I I		I	
		I 4110.00	I00ILI	1.700.000	I0569	
T O T A L				I	1.700.000	I

ADRESCIMO		A N E X O V			FL. 03	
RECEITA CENT					RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I FT	I	VALOR	I PROC	
1113.02.00	IIMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I	00	1.700.000	I0569	
	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I	I		I	
	ITRANSF.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I	I		I	
	ICOMUNICACAO	I	I		I	
T O T A L				I	1.700.000	I

REDUCAO		A N E X O V I		FL. 03	
RECEITA CENT				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
12119.02.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	20	1.700.000	10569	
	IVINCULADAS				
TOTAL			1.700.000		

ACRESCIMO		A N E X O V I I		FL. 04	
DA RECEITA				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -				
	IENTIDADES VINCULADAS				
	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA				
	I- TVE				
1712.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	400.000	10569	
12412.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00	1.300.000	10569	
TOTAL			1.700.000		

REDUCAO		A N E X O V I I I		FL. 04	
DA RECEITA				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES				
	IVINCULADAS				
	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -				
	ICOPEL				
12521.20.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	20	1.700.000	10569	
	IVINCULADAS				
TOTAL			1.700.000		

SUPLEMENTACAO		A N E X O I X		FL. 05	
DAS OBRAS				RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROC	
3000	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -				
	IENTIDADES VINCULADAS				
3062	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA				
	I- TVE				
2129	IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA RADIO				
	IE TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA				
0002	IREFORMA DA SEDE DA TVE		350.000	10569	
TOTAL			350.000		

I CANCELAMENTO		A N E X O X		FL. 05	
I DAS OBRAS				RS 1.00	
-----		*-----*		*-----*	
I	CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	IPROCI
-----		*-----*		*-----*	
I	1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I I
I		IVINCULADAS	I I		I I
I	1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I
I		ICOPEL	I I		I I
I	1850	IGERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DEI	I I		I I
I		I ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE	I I		I I
I		IAPROVEITAMENTO ENERGETICO	I I		I I
I	0001	ICONSTRUIR HIDRELETRICA DE CAXIAS	I T I	1.700.000	000105691
-----		*-----*		*-----*	
T O T A L			I T I	1.700.000	I
			I O I		01

MENSAGEM N° 041/95

Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa que expediu o Decreto n° 821, de 25 de maio de 1995.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de convênio firmado em 1994, entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, que visa implementar ações do Programa Nacional do Meio Ambiente - PMA - com vigência até 31.12.96.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

DECRETO N° 821

O Governador do Estado do Paraná,

usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 625.054,00 (seiscentos e vinte e cinco mil e cinquenta e quatro reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III deste decreto.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos IV, V e VI deste decreto.

Art. 4° - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 25 de maio de 1995.

174° da Independência e 107° da República.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

I SUPLEMENTACAO		A N E X O		I	FL. 01		I
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.		821	RS 1,00		I
-----*							
-----		*-----*		*-----*		*-----*	
I	I	INATUREZA		IL	IN.DOI		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI	I
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP	I

I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I	I I		I	I
I	I AMBIENTE	I	I	I I		I	I
I	I	I	I	I I		I	I
I 4503	IDIRETORIA GERAL	I	I	I I		I	I
I 1079	IPROJETO FLORESTA ATLANTICA -	I	I	I I		I	I
I	I IBAMA/SEMA	I 4130.00	I 07	I I	625.054	I 0481	I
-----*							
T O T A L				I	625.054	I	

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I	FL. 01	I
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO.		821	RS 1,00	I

----------*-----*						
I	I	INATUREZA	I	ILI		IN.DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR		IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI			ICOP I

I 4500	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I	I I I			I I
I	I AMBIENTE	I	I I I			I I
I	I	I	I I I			I I
I 4502	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I			I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I			I I
I 2234	I PROGRAMACAO A CARGO DO IAP	I 4311.01	I 09 I I	625.054	I 0481	I I

T O T A L				I	625.054	I

I CANCELAMENTO		A N E X O		I I I		FL. 02		I
I DA DESPESA		ANEXO AO DECRETO NO. 7		821		RS 1,00		I
-----*								
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*
I	I	INATUREZA		I	ILI	IN.DOI		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I	DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI		I
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP		I
-----*								
I 4600	ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO	I		I I I		I	I	I
I	I AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I		I I I		I	I	I
I	I	I		I I I		I	I	I
I 4696	IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA -	I		I I I		I	I	I
I	IIAP	I		I I I		I	I	I
I 2237	IADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS	I		I I I		I	I	I
:	IDE MEIO AMBIENTE, RECURSOS	I		I I I		I	I	I
I	IHIDRICOS, CARTOGRAFIA E FUNDIARIA	I	4130.00	I09ILI	625.054	I0481	I	I
-----*								
T O T A L					I	625.054	I	I

A N E X O		I V	FL. 03	I
NT ANEXO AO DECRETO NO.		821	RS 1,00	I
ESPECIFICACAO		I FT I	VALOR	IPROCI
CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS		I 07 I	625.054	I 0481
T O T A L		I	625.054	I

A N E X O		V	FL. 03	I
V ANEXO AO DECRETO NO.		821	RS 1,00	I
ESPECIFICACAO		I FT I	VALOR	IPROCI
TITULOS DA DIVIDA AGRARIA		I 09 I	625.054	I 0481
T O T A L		I	625.054	I

I REDUÇAO		A N E X O V I		FL. 04		I	
I DA RECEITA		ANEXO AO DECRETO NO. 821		RS 1,00		I	
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT	I	VALOR	I PROC	I
I		ISECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	I	I		I	I
I		IENTIDADES VINCULADAS	I	I		I	I
I		I	I	I		I	I
I		IINSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I	I		I	I
I2412.09.00		ITRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA	I 09	I	625.054	I0481	I
I		IAGRARIA	I	I		I	I
T O T A L				I	625.054	I	I

MENSAGEM N° 042/95

Governador do Estado

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), aos vigentes orçamentos próprios da Paraná Esporte e da Paraná Turismo, com base na Lei Estadual n° 11.066/95, de 01 de fevereiro de 1995.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1994, da extinta SETUR, a qual deu origem às referidas entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro da extinta SETUR, apurado no balanço patrimonial do exercício de 1994 e constante no Balanço Geral do Estado.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
I DA DESPESA		ANEXO		RS 1,00		I	
I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I INATUREZA	I ILI	VALOR	I IN DOI	I
I			I DA	I IFTIDI		I PROC	I
I			IDESPESA	I IRI		I CODF	I
I 4800		ISECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	I	I I I		I	I
I		ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
I		I	I	I I I		I	I
I 4883		IPARANA ESPORTE	I	I I I		I	I
I 2261		IADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA	I	I I I		I	I
I		IPOLITICA DE ESPORTE	I	I I I		I	I
I		I	I 3121.00	I59ILI	100.000	I0605	I
I		I	I 3132.03	I65ILI	5.000	I0605	I
I		I	I 3132.15	I59ILI	54.655	I0605	I
I		I	I 3132.15	I62ILI	29.762	I0605	I
I		I	I 3132.15	I65ILI	6.201	I0605	I
I		I	I 3231.01	I59ILI	40.000	I0605	I
I		I	I 4121.00	I59ILI	30.000	I0605	I
I 4898		IPARANA TURISMO	I	I I I		I	I
I 2243		IADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA	I	I I I		I	I
I		IPOLITICA DE TURISMO	I	I I I		I	I
I		I	I 3121.00	I59ILI	40.000	I0605	I
I		I	I 3132.15	I59ILI	30.000	I0605	I
I		I	I 4121.00	I59ILI	83.871	I0605	I
T O T A L				I	419.489	I	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO I I		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FI	VALOR	IPROCO	
	1 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E	1		1	
	1 TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	1		1	
	1	1		1	
	1 PARANA ESPORTE	1		1	
11990.05.59	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	59	1	194.65510605
	1 IDIRETAMENTE ARRECADADOS	1	1	1	1
11990.05.62	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	62	1	29.76210605
	1 ICOTA-PARTE DAS RENDAS DAS LOTERIAS	1	1	1	1
	1 ESTADUAIS	1	1	1	1
11990.05.65	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	65	1	11.20110605
	1 ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	1	1	1	1
12590.01.59	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	59	1	30.00010605
	1 IDIRETAMENTE ARRECADADOS	1	1	1	1
	1 PARANA TURISMO	1	1	1	1
11990.05.59	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	59	1	70.00010605
	1 IDIRETAMENTE ARRECADADOS	1	1	1	1
12590.01.59	1 SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	1	59	1	33.07110605
	1 IDIRETAMENTE ARRECADADOS	1	1	1	1
T O T A L					419.481

MENSAGEM N° 043/95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), ao vigente orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial, no exercício de 1994, desta entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro da unidade da Administração Indireta, apurado no balanço patrimonial no exercício de 1994 e constante do Balanço Geral do Estado.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL FTIDI IRI	VALOR	IN.DO IPROCO ICOP
4200	1 SECRETARIA DE ESTADO DO	1	1	1	1
	1 DESENVOLVIMENTO URBANO -	1	1	1	1
	1 ENTIDADES VINCULADAS	1	1	1	1
	1	1	1	1	1
4288	1 COORDENACAO DA REGIAO	1	1	1	1
	1 METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC	1	1	1	1
2220	1 ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DA	1	1	1	1
	1 COMEC	1	3121.00	15911	55.246 10599
	1	1	3132.03	15911	10.000 10599
	1	1	3132.05	15911	20.000 10599
	1	1	3132.06	15911	20.000 10599
	1	1	3132.07	15911	5.000 10599
	1	1	3132.10	15911	30.000 10599
	1	1	3132.11	15911	20.000 10599
T O T A L					160.246 1

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCI	
	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I	I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES	I	I	I	I
	IVINCULADAS	I	I	I	I
	I	I	I	I	I
	ICOORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DEI	I	I	I	I
	ICURITIBA - COMEC	I	I	I	I
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	I 59	I	160.246	105991
	IDIRETAMENTE ARRECADADOS	I	I	I	I
TOTAL		I	I	160.246	I

MENSAGEM N° 044/95

Senhor Presidente.

Terho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com execução de obras dos Sistemas de Ar Condicionado e de Prevenção contra Incêndio e dar cobertura orçamentária a despesas correntes, despesas com pessoal e investimentos.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Chefia do Poder Executivo.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, ficam alterados os Demonstrativos da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, fica alterado o Programa de Obras conforme Anexo IX.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTI IRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP I
4700	ISECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE	EI	I I I		I I
	ITURISMO	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
4702	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2242	IINVERSOES PARA O CENTRO DE	I	I I I		I I
	ICONVENCOES DE CURITIBA	I 3212.01	I00ILI	230.082	105451
	I	I 3212.03	I00ILI	269.918	105451
	I	I 4262.00	I00ILI	1.000.000	105451
TOTAL		I	I	1.500.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO I I			FL. 01 RS 1,00		I
ANEXO							I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL FT IRI	IL TIDI IRI	VALOR	IN.DO I PROC I COP	I
0900	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I	I		I	I
0902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I	I
1003	IINVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E IDISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	I	I	I	1.500.000	I0545	I
T O T A L					1.500.000	I	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		ANEXO I I I			FL. 02 R\$ 1,00	
ANEXO						
CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
4800	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS					
4893	CENTRO DE CONVENCOES DE CURITIBA S/A					
2833	ADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE COVENCOES DE CURITIBA	4110.00	00	L	706.075	0545
		4121.00	00	L	293.925	0545
T O T A L					1.000.000	

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO I V			FL. 03 RS 1,00		I
ANEXO							I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL FT IRI	IL TIDI IRI	VALOR	IN.DO I PROC I COP	I
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I	I
1049	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - ICOPEL	I	I	I		I	I
2850	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E APOIO IOPERACIONAL DA COPEL	I	I	I	1.500.000	I0545	I
T O T A L					1.500.000	I	I

I ACRESCIMO		A N E X O V		FL. 04	I
I RECEITA CENT	ANEXO			RS 1,00	I

I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROCI

I 1113.02.00	I	IMPOSTO S/OPERACOES RELATIVAS A	I 00 I	1.500.000	I 0545 I
I	I	ICIRC.MERC.E S/PRESTACAO DE SERV.DE	I I		I I
I	I	ITRASP.INTEREST.E INTERMUN. E DE	I I		I I
I	I	ICOMUNICACAO	I I		I I

T O T A L			I	1.500.000	I
+-----+					

I REDUCAO		A N E X O V I		FL. 04	I
I RECEITA CENT	ANEXO			RS 1,00	I

I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROCI

I 2211.00.00	I	ALIENACAO DE TITULOS MOBILIARIOS	I 25 I	1.500.000	I 0545 I

T O T A L			I	1.500.000	I
+-----+					

I ACRESCIMO		A N E X O V I I		FL. 05	I
I DA RECEITA	ANEXO			RS 1,00	I

I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROCI

I	I	ISECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E	I I		I I
I	I	ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I I		I I
I	I	I	I I		I I
I	I	ICENTRO DE CONVENCOES DE CURITIBA S/A	I I		I I
I 2521.49.00	I	IRECURSOS DO TESOURO - ORDINARIO NAO	I 00 I	1.000.000	I 0545 I
I	I	IVINCULADO	I I		I I

T O T A L			I	1.000.000	I

I REDUCAO		A N E X O V I I I		FL. 05	I
I DA RECEITA	ANEXO			RS 1,00	I

I CODIGO	I	ESPECIFICACAO	I FT I	VALOR	I PROCI

I	I	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES	I I		I I
I	I	IVINCULADAS	I I		I I
I	I	I	I I		I I
I	I	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I
I	I	ICOPEL	I I		I I
I 2521.25.00	I	IRECURSOS DA VENDA DE ACOES DA	I 25 I	1.500.000	I 0545 I
I	I	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA -	I I		I I
I	I	ICOPEL	I I		I I

T O T A L			I	1.500.000	I
+-----+					

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS		ANEXO		I X		FL. 06 RS 1,00			
CODIGO		ESPECIFICACAO	FT		VALOR		IPROCI		
4800		ISECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E	I	I			I	I	
		ITURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I			I	I	
4893		ICENTRO DE CONVENCOES DE CURITIBA S/A	I	I			I	I	
2833		IADMINISTRACAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO	I	I			I	I	
		IDE CONVENCOES DE CURITIBA	I	I			I	I	
0001		IINSTALAR SISTEMA DE AR CONDICIONADO NOI	T	I	530.000		I	0545	I
		ICENTRO DE CONVENCOES DE CURITIBA	I	I			I	I	
		IS/A.	I	I			I	I	
0003		IALTERAR SISTEMA HIDRAULICO, SAIDAS	T	I	176.075		I	0545	I
		IDE EMERGENCIA E OUTRAS PARA PREVENCAO	I	I			I	I	
		IDE INCENDIO	I	I			I	I	
T O T A L			I	T	706.075		I		
			I	O			I	01	

MENSAGEM N° 045/95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.771.858,00 (oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Faculdade de Artes do Paraná, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de superávits financeiros apurados nos balanços patrimoniais no exercício de 1994, destas entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 8.771.858,00 (oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávits financeiros de unidades da Administração Indireta, nos balanços patrimoniais no exercício de 1994 e constantes do Balanço Geral do Estado.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4° - Fica, ainda, em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, alterado o Programa de Obras da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, conforme Anexo III.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO		FL. 01		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL1	IL1	VALOR	IN.DOI	IPROCI
I	I	I	DA	IFTIDI			
I	I	I	DESPESA	IRI			ICOP I
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I I		I	I
I	ICIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO	I	I	I I I		I	I
I	ISUPERIOR - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I	I
I	I	I	I	I I I		I	I
1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I	I I I		I	I
2050	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEL	I	3131.01	I59ILI	400.000	I0500I	
I	I	I	3131.02	I59ILI	400.000	I0500I	
I	I	I	3132.03	I59ILI	100.000	I0500I	
I	I	I	3132.05	I59ILI	300.000	I0500I	
I	I	I	3132.06	I59ILI	100.000	I0500I	
I	I	I	3132.07	I59ILI	100.000	I0500I	
I	I	I	3132.15	I59ILI	300.000	I0500I	
I	I	I	3254.00	I59ILI	100.000	I0500I	
I	I	I	3259.00	I59ILI	20.000	I0500I	
I	I	I	4121.00	I59ILI	800.945	I0500I	
I	I	I	4261.00	I59ILI	60.000	I0500I	
1214	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	I	I	I I I		I	I
2054	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR NA UEM	I	3132.15	I59ILI	162.278	I0489I	
I	I	I	3132.15	I65ILI	480.075	I0489I	
2055	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IHOSPITAL UNIVERSITARIO EM MARINGA	I	3132.15	I65ILI	176.356	I0489I	
1216	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO	I	I	I I I		I	I
I	ICENTRO-OESTE - UNICENTRO	I	I	I I I		I	I
2056	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR NA UNICENTRO	I	4121.00	I59ILI	25.971	I0489I	
1218	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DOI	I	I	I I I		I	I
I	IPARANA - UNIOESTE	I	I	I I I		I	I
2057	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	I	3111.04	I59ILI	50.000	I0489I	
I	I	I	3121.00	I59ILI	500.000	I0489I	
I	I	I	3131.02	I59ILI	100.000	I0489I	
I	I	I	3132.03	I59ILI	500.000	I0489I	
I	I	I	3132.07	I59ILI	30.000	I0489I	
I	I	I	3132.09	I59ILI	30.000	I0489I	
I	I	I	3132.11	I59ILI	170.000	I0489I	
I	I	I	3132.15	I59ILI	910.101	I0489I	
I	I	I	4110.00	I59ILI	1.200.000	I0489I	
I	I	I	4121.00	I59ILI	1.300.000	I0489I	
1222	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I	I I I		I	I
I	ICIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO	I	I	I I I		I	I
I	IPROCOPIO	I	I	I I I		I	I
2059	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO SUPERIOR EM CORNELIO	I	I	I I I		I	I
I	IPROCOPIO	I	3121.00	I59ILI	29.151	I0489I	
1224	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	I	I	I I I		I	I
I	ICIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	I	I	I I I		I	I
2060	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I	I I I		I	I
I	IENSINO DE FILOSOFIA, CIENCIAS E	I	I	I I I		I	I
I	ILETRAS EM JACAREZINHO	I	3111.04	I59ILI	17.000	I0489I	
I	I	I	3121.00	I59ILI	8.797	I0489I	
I	I	I	3132.15	I59ILI	8.000	I0489I	
1228	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	I	I	I I I		I	I
I	IECONOMICAS DE APUCARANA	I	I	I I I		I	I

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO		PL. 02		RS 1,00	
DA DESPESA		ANEXO					
ICOD1601	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. 1001	IPROD	ICOD1601
2062	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	3121.001591LI	7.500	104891			
	ENSINO SUPERIOR EM AFUCARANA	3132.151591LI	15.488	104891			
1230	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO						
	IFISICA DE JACAREZINHO						
2063	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	3132.151591LI	5.446	104891			
	ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM	4121.001591LI	5.000	104891			
	JACAREZINHO						
1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO						
	NORTE PIONEIRO						
2064	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO	3121.001591LI	10.000	104891			
	ENSINO DE DIREITO DO NORTE	3131.021591LI	8.000	104891			
	PIONEIRO	3132.041591LI	5.000	104891			
		3132.111591LI	2.000	104891			
		3132.151591LI	10.483	104891			
		4121.001591LI	5.000	104891			
1234	IFACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E						
	LETRAS DE CAMPO MOURAO						
2065	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO						
	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM CAMPO						
	MOURAO	3121.001591LI	10.663	104891			
		3131.021591LI	21.216	104891			
		3132.031591LI	10.663	104891			
		3132.071591LI	1.055	104891			
		3132.151591LI	15.885	104891			
		4121.001591LI	35.045	104891			
1238	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA						
2067	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO						
	ENSINO SUPERIOR EM EDUCAÇÃO						
	ARTÍSTICA E MUSICAL	3121.001591LI	20.000	104891			
		3132.031591LI	20.000	104891			
		3132.151591LI	20.893	104891			
1240	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO,						
	CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAI						
2068	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO						
	ENSINO SUPERIOR EM PARANAVAI	3121.001591LI	10.000	104891			
		3131.021591LI	15.000	104891			
		3132.051591LI	10.000	104891			
		3132.071591LI	3.000	104891			
		3132.111591LI	5.000	104891			
		4110.001591LI	45.000	104891			
		4121.001591LI	50.929	104891			
1242	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,						
	CIÊNCIAS E LETRAS DE UNIAO DA						
	IVITORIA						
2069	ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO						
	ENSINO SUPERIOR EM UNIAO DA						
	IVITORIA	3121.001591LI	6.900	104891			
		3132.151591LI	10.018	104891			
TOTAL			8.771.856				

ACRESCIMO		ANEXO 1.1		FL. 04	
DA RECEITA		ANEXO		RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPROCE	
1	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA,	1		1	1
1	TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR -	1		1	1
1	IDENTIDADES VINCULADAS	1		1	1
1	1	1		1	1
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	1.820.000	10500	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	866.945	10500	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	162.270	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1990.05.65	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES -	65	656.431	10489	1
1	ICONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	1		1	1
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	1		1	1
1	I- UNICENTRO	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	25.971	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO	1		1	1
1	IPARANA - UNIOESTE	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	2.290.101	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	2.500.000	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	1		1	1
1	CIENCIAS E LETRAS DE CORNELIO PROCOPIO	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	29.151	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA,	1		1	1
1	CIENCIAS E LETRAS DE JACAREZINHO	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	33.797	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS	1		1	1
1	ECONOMICAS DE APUCARANA	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	22.983	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO FISICA	1		1	1
1	DE JACAREZINHO	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	5.446	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	5.000	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE	1		1	1
1	DE PIONEIRO	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	35.483	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	5.000	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E	1		1	1
1	LETRAS DE CAMPO MOURAO	1		1	1
1990.05.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	59.482	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
12590.01.59	ISALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES-	59	35.045	10489	1
1	INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1		1	1
1	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA	1		1	1

ACRESCIMO DA RECEITA ANEXO		ANEXO		FL 05
				RS 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPRO
11990.05.59	SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1 59 1	68.893	104891
	IFACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO, SCIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI	1 1 1		1 1
11990.05.59	SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1 59 1	43.000	104891
12590.01.59	SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1 59 1	95.929	104891
	IFACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, SCIENCIAS E LETRAS DE UNIAO DA VITORIA	1 1 1		1 1
11990.05.59	SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES- INDIRETAMENTE ARRECADADOS	1 59 1	16.918	104891
T O T A L		1	8.771.856	1

SUPLEMENTACAO DAS OBRAS ANEXO		ANEXO		FL 06
				RS 1,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	IPRO
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR - IDENTIDADES VINCULADAS	1 1 1		1 1
1218	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA - UNIOESTE	1 1 1		1 1
2057	ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO ENSINO SUPERIOR NA UNIOESTE	1 1 1		1 1
0002	CONSTRUIR LABORATORIO DE EXATAS NO CAMPUS DE CASCAVEL	1 0 1	500.000	104891
0010	CONSTRUIR SALAS DE AULA NO CAMPUS DE FOZ DE IGUAÇU	1 0 1	200.000	104891
0011	CONSTRUIR O BLOCO 3 DE ENGENHARIA DE FISICA NO CAMPUS DE TOLEDO	1 0 1	500.000	104891
T O T A L		1 0 1	1.200.000	1

MENSAGEM Nº 047/95

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Guaraci, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Distrito de Bentópolis, naquele município, com área de 4.000,00 m² (quatro mil metros quadrados), conforme transcrição nº 16.178, livro 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, com as metragens e confrontações que especifica.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos interesses superiores da Administração e da Coletividade, eis que o mencionado bem será utili-

zado pela municipalidade exclusivamente para manutenção e ampliação da creche lá instalada.

A Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, tendo consultado os diversos órgãos estaduais, presta a informação de que não há interesse na ocupação do referido imóvel. Esclarece, também, com base em manifestações da FUNDEPAR, que no ano de 1981, foi edificado prédio em alvenaria, para funcionamento de escola estadual naquele Distrito de Bentópolis, em outra área doada pelo município, sendo que deste então o imóvel em apreço vem sendo ocupado pela municipalidade.

Vale, por último, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposição no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades

previstas, sob pena de tornar-se automaticamente para as finalidades previstas, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão, cuja duração está prevista até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a ceder ao Município de Guaraci, o imóvel constituído pela área de terras com 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), situada no Distrito de Bentópolis, naquele Município de propriedade do Estado do Paraná, conforme consta na transcrição nº 16.178, livro 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, com as seguintes metragens e confrontações: Ao Norte, por uma linha reta, numa distância de 44,00 m (quarenta e quatro metros), confronta com a Rua Mato Grosso; - Ao Sul, por uma linha até encontrar um marco, confrontando com o término da Rua Amazonas e terras de Francisco Chaves; A Leste, numa distância de 151,00m (cento e cinquenta e um metros), confrontando com uma estrada vicinal, denominada Boiadeira e terras ainda de Francisco Chaves; e, finalmente, a Oeste, por uma linha reta, numa distância de 148,00m (cento e quarenta e oito metros), confronta com a Rua Amazonas.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será utilizado pelo Município de Guaraci, exclusivamente para manutenção e ampliação da creche lá instalada, tendo esta cessão de uso duração até 31 de dezembro de 1998, prorrogável por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo haver utilização para outras finalidades, nem transferência a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 048/95

Curitiba, 22 de junho de 1995.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os Incisos II e III, do art. 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, já modificadas pela Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1994.

Cabe, inicialmente, ressaltar que a matéria de que trata o presente anteprojeto de lei foi preliminarmente apreciada pela Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgão do Ministério do Exército, que, através do Ofício nº 23/IGPM/1, de 24 de abril de 1995, manifestou-se favoravelmente à adoção das pretendidas modificações nos Quadros de Qualificação dos Policiais Militares integrantes da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Comando Geral da Corporação, em expediente a mim dirigido pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, juntou a adiante transcrita justificativa, onde estão contidos detalhados esclarecimentos quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que é revestida a proposição ora formulada.

"O Estado, como ente jurídico concebido para promover o bem estar social, procura intensificar e diversificar os serviços prestados no sentido de satisfazer as necessidades básicas da população.

Na área de Segurança Pública, hodiernamente uma das principais aspirações dos cidadãos, há o mesmo empenho do qual decorrem esse anteprojeto de lei com vistas a derrubar barreiras do preconceito discriminatório contra a mulher, diversificar e ampliar a participação feminina na gama de serviços prestados pela Corporação e garantir maior oportunidade de acesso às profissionais que integram a Polícia Militar do Paraná.

O presente anteprojeto de lei visa a transformação de 28 (vinte e oito) vagas do Quadro e Qualificação dos Policiais Masculinos, para o quadro e Qualificação dos Policiais Militares Femininos, sendo 04 (quatro) Capitães, 01 (um) 1º Tenente, 04 (quatro) Sargentos, 05 (cinco) 2º Sargentos, 11 (onze) 3º Sargentos e 03 (três) cabos, objetivando ajustes na ascendência profissional do efetivo feminino da Corporação.

Este desdobramento propiciará a criação de novas funções para as oficiais e praças policiais militares femininas.

Salienta-se que não haverá aumento de efetivo na Corporação e, ainda, que a transformação destas vagas não causará problema orçamentário ao Estado do Paraná, uma vez que, estas vagas já foram previstas quando da promulgação da Lei nº 9.507, de 28 de dezembro de 1990, que al-

terou o art. 1º da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivos da PMPR).

A aprovação deste projeto atenderá, no momento, as aspirações das oficiais e praças femininas pois proporcionará um maior número de vagas, melhores perspectivas de acesso profissional e atendimento de algumas necessidades funcionais no âmbito da "Corporação".

Depto. de que anexo plano de lei mencionará dessa Colenda Casa é necessário apoiar a consequente aprovação, reiterando a Vossa Excelência os meus protestos de elevada apreço e distinta consideração.

Curitiba, quinta, em 22.06.95
Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os anexos 1 e 3 de que trata o art. 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1994, passam a vigorar na forma dos anexos desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXOS DE QUE TRATA O ART. 1º.

"RESUMO DOS QUADROS DE OFICIAIS - ANEXO 1"

QUADROS		CEL	TC	MAJ	CAP	1ºT	2ºT	SOMA
Q O P M		12	37	61	174	192	230	706
Q O B M		2	9	17	35	40	50	153
Q O-P M Feminino		-	-	-	5	5	7	17
Q S	MÉDICOS	1	5	6	6	16	-	34
	DENTISTAS	1	2	7	8	14	-	32
	VETERINÁRIOS	-	-	-	1	2	-	3
	BIOQUÍMICOS	-	2	1	1	3	-	7
Q C P M		-	-	-	1	1	-	2
Q O E	MÚSICOS	-	-	-	-	1	1	2
	COMUNICAÇÕES	-	-	-	-	1	2	3
Q O A		-	-	-	13	25	74	112
Q OF EXTINÇÃO		-	1	-	-	-	-	1
T C T A L		16	56	92	244	300	364	1072

"RESUMO DAS PRAÇAS POR QUALIFICAÇÃO POLICIAL-MILITAR GERAL - ANEXO 3"

OPMG	GRAD	ST	1ºS	2ºS	3ºS	Cb	Sd	SOMA
1 - PRAÇAS PM		170	266	632	1321	2074	10915	15378
2 - PRAÇAS BM		37	62	108	429	670	1881	3187
3 - PRAÇAS PM FEM		-	6	15	44	48	333	446
T O T A L		207	334	755	1794	2792	13129	19011

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a INDICAÇÃO do Senhor JOCELITO CANTO, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito como titular, que investiga as responsabilidades ocorridas no acidente do Teleférico de Matinhos.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) NELSON JUSTUS

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 228/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 40/95, que objetiva a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Fundação Rádio e Televisão do Paraná; conforme especifica.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 227/95, oriundo de Mensagem Governamental n° 039/95, que objetiva a abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria de Estado da Educação, visando atender as Casas Familiares Rurais.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 238/95, de autoria do Poder Executivo, que cede imóvel ao Município de Guaraci.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 234/95, de autoria do Poder Executivo, que aprova crédito

suplementar ao Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 239/95 oriundo de Mensagem Governamental n° 48/95, que objetiva alterações na Lei n° 7.047/78 e 10.956/94.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1784 "A"

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja retirado, por 10 (dez) Sessões, o Projeto de Lei de n° 171/95, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, espaço de 1 (uma) hora na sessão ordinária de 19 de setembro de 1995, dia da aparição de Nossa Senhora da Salette, Padroeira dos Agricultores, que dá o nome à praça na qual se situa esta Casa de Leis, para que os Padres Angelo Avelino Perin e Nilson Izaias Pegorini discorram sobre o fato, a mensagem, e o real significado da Santa, bem como a impressão, na gráfica da Assembleia, de 100.000 (cem mil) folhetos contendo um breve histórico de Nossa Senhora da Salette, para ser distribuído ao público.

Requer ainda, seja dado ciência do presente ao Padre Angelo Avelino Perin, MS, Superior Provincial dos Missionários de Nossa Senhora da Salette, na rua Lange de Morretes, n° 889, Jardim Social, nesta

Capital, CEP. 82520-530.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Congregação dos Missionários de Nossa Senhora da Salette, juntamente com todos os seus fiéis devotos celebra a partir de setembro/95 até outubro/96 o Sesquicentário da aparição de Nossa Senhora em Salette, França, aos 19.09.46. Em frente ao Edifício da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, infelizmente pouco divulgada e apreciada. Tal solicitação prende-se ao fato da necessidade de atenção especial a esta Praça no sentido de torná-la mais expressiva, bonita e apreciada.

Gostaríamos de salientar que Nossa Senhora da Salette é reconhecida e invocada pelos fiéis devotos como Padroeira dos Agricultores e sendo nosso Estado essencialmente agrícola, Salette adquire significado especial.

REQUERIMENTO N° 1747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Ney Wadison dos Santos, e que a proposição em apreço seja levada ao conhecimento de seus familiares.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) SAMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Ney Wadison dos Santos, advogado, chegou a Foz do Iguaçu na década de 50, sendo um dos pioneiros do município. Teve participação na vida pública, prestando assessoria jurídica na Câmara Municipal de Foz e na função de Procurador do município durante a gestão do Prefeito Ozires Santos. Participou ativamente do desenvolvimento local, e na sua militância profissional, dedicou parte de sua vida na assistência a carentes. Por ser muito querido naquela comunidade, onde fez um sem número de amigos, o seu nome ficará gravado na memória do povo iguaçuense que lamenta profundamente o seu passamento.

REQUERIMENTO N° 1759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos anais desta casa um voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Ney Wadison dos Santos, pioneiro de Foz do Iguaçu, ocorrido no dia de ontem (20.06.95) em Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Ney Wadison dos Santos, foi pioneiro em Foz do Iguaçu, tendo chegado na cidade nos anos 50, participando ativamente da vida, do crescimento e do progresso de Foz, atendendo, principalmente, as pessoas carentes. Foi Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Vereadores no período de 20.03.81 à 07/83 e Procurador do Município durante a gestão do prefeito Ozires Santos. Foi professor do requerente no Curso de 2° Grau.

Advogado competente, mantinha sempre um ótimo relacionamento com a comunidade de Foz e região.

Nascido em 18.08.20, deixa viúva dona Elair Santos, quatro filhos e nove netos. Os filhos, Regina é casada com Caetano Ferreira; Claudio casado com Marialva; Luiz Miguel casado com Fili e Wijosa, solteiro.

A família enlutada reside na Av. Jorge Shimmelpfeng, 745, CEP 85851-970 - Foz do Iguaçu.

A família os nossos sinceros votos de condolências.

REQUERIMENTO N° 1774

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações às lideranças políticas e aos munícipes do pujante município de Umuarama, pela passagem de seu 40° aniversário de emancipação política a ser comemorado na data de hoje (26/06).

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal; Senhor Osmar José Serraglio, vice-Prefeito (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130); aos Vereadores Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal; José Evangelista de Albuquerque, Primeiro Vice-Presidente; David Penido, Segundo Vice-Presidente, Wilson Oliveira Ferraz, Primeiro Secretário; Marcelo Derenusson Nelli, Segundo Secretário, Antônio Franson Neto; Geraldo Donati Gomes; Inácio Pereira Pinto; Ivan José Cardoso Frey; José Tadeu Silva; Luiz Nicolete; Marcos Leandro Ávila de Lima; Maria Conceição Aparecida da Silva; Mauro Wanderlei Spina; Modoaldo Agostini e Wilson Ribeiro Simões (Câmara Municipal; Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080 Umuarama) Deputado Alexandre Ceranto) (Pça. Henio Romagnoli, Rua Des. Munhoz de Melo, 3800, ed. Centro Comercial - 1 and. cj. 101 - Umuarama - Paraná).

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Umuarama é capítulo de uma epopéia idealizada na Inglaterra por um grupo de homens que almejavam grandes realizações,

concretizadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em longos anos de lutas sustentadas em meio as mais variadas adversidades.

Em 1924, o técnico em agricultura e reflorestamento da Comissão Inglaterra Montagu, Lord Lovat, veio ao Brasil e numa de suas viagens exigidas por suas funções, chegou ao Norte do Paraná. A falta de estradas o impediu de ir além dos 25 Km da primitiva estrada de ferro que existia.

Com o intuito de desbravar aquela imensa floresta - mais de 350 Km até as margens do rio Paraná, Lovat organizou a "Brasil Plantations", empresa que adquiriu no Leste paranaense duas fazendas e iniciou plantação de algodão. Como o resultado não foi o esperado, em 1937 esta Companhia foi absorvida por um grupo maior, a "Paraná Plantations Ltda", fundada em Londres em 1925. Ao mesmo tempo em que a absorção ocorreu em Londres, estabelecia-se no Brasil uma Companhia subsidiária, com escritório central instalado em São Paulo, que iniciou suas atividades com capital de cem mil contos. Era a Companhia de Terra, Norte do Paraná. O então gerente da Empresa absorvida, Arthur Thomas, assumiu a direção gerencial, mantendo-se nesse cargo até 1949. A importância dessa Cia para o Brasil foi imediatamente percebida por todos.

Depois de 9 meses de estudos das condições climáticas e fertilidade do solo e de outras vantagens, a Companhia adquiriu uma certa área de terra entre as bacias dos Rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí.

Naquela época toda a região Norte do Paraná encontrava-se envolta a uma situação de competição entre grupos de pessoas possuidoras de títulos de propriedades e o governo, que dera direitos concessionários sobre as mesmas terras, a um grupo de amigos. Foi um tempo de insegurança, quando ninguém queria arriscar-se em compras dessas terras. Mas com a autorização do governo a Companhia de Terras Norte do Paraná, inicialmente comprou um total de 450 mil alqueires em título de propriedades inseguros e concessões ainda não exploradas, propondo logo em seguida ao governo a aquisição das terras, pondo fim ao litígio. Posteriormente efetuou mais algumas compras de direitos particulares e concessionárias, resultando num total de 515 mil alqueires de ricas terras florestais.

A Companhia abriu um escritório nessas terras e passou a dedicar-se com especial atenção a exploração e estudo do povoamento, destacando os meios de acesso e de saída; construiu as primeiras rodovias e no fim de 1930 recebeu os primeiros colonizadores. Paralelo a essa, outras duas Companhias inglesas de construção de estradas de ferro, foram responsáveis por

alguns trechos de estradas de ferro, entre elas a de Ourinhos e Cambará, de 1922 a 1925.

A década de 1930 se deu com lento desenvolvimento devido as dificuldades da época, advindas da insegurança política-econômica do País. Durante essa época a companhia subsidiária, "Companhia de Terras Norte do Paraná", garantiu aos colonos meios de transporte para si e seus produtos, auxílio nas instalações, cuidados médicos e preços baixos, etc.

Em 1944, as dificuldades consequentes de Guerra levaram os ingleses a venderem a Companhia. Um grupo brasileiro composto por Gastão Vidigal e Arthur Thomaz, este último antigo gerente, adquiriu-a.

Levando a Companhia adiante esse grupo conseguiu, enfim, concretizar os planos dos antigos donos, fazendo a região se desenvolver, redistribuindo as terras, organizando fazendas de café e engorda gado, dando surgimento a várias cidades. Em vista das tantas melhorias a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em 1951.

FUNDAÇÃO DE UMUARAMA

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná no seu crescente desenvolvimento atingiu a região denominada "Cruzeiro", onde se processou a colonização de uma área de 30 mil alqueires de propriedade de terceiros, entregue à Companhia para a colonização; da Gleba Cruzeiro surgiu Umuarama.

A fundação de Umuarama está intimamente ligada a inauguração dos primeiros escritórios da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. No exato lugar onde funcionava o escritório dessa CIA, em 26 de junho de 1955 foi instalada a Prefeitura da recém fundada cidade de Umuarama.

O nome de Umuarama tem origem num hotel da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo e significa "lugar onde os amigos se reúnem".

ATA DE FUNDAÇÃO DE UMUARAMA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de um mil novecentos e cinquenta e cinco a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, representada por seus Diretores e chefe de serviço, declara inaugurada a cidade de Umuarama, situada no Núcleo Cruzeiro, quilometro 522 da linha ferroviária que de Ourinhos demanda Guaíra, Município de Cruzeiro do Oeste e Comarca de Peabiru.

Umuarama, 26 de junho de 1955.

(aa) Dr. GASTÃO DE MESQUITA FILHO

Dr. HERMAN MORAES BARROS

Seguem-se mais 109 assinaturas de diversas personalidades e pessoas presentes.

No mesmo dia foi inaugurado o aeroporto local.

Segundo historiadores, os primeiros

habitantes que vieram para esta região eram aventureiros atraídos pela nova região a ser explorada. Alojaram-se em pequenas povoações às margens dos rios. Esta situação foi a encontrada pelos dirigentes da Companhia de Terras Norte do Paraná, encabeçada por Arthur Thomaz.

Os colonos que aqui primeiramente se instalaram eram paulistas, catarinenses, gaúchos, nordestinos e mineiros, entre outros.

Em 1949 constatou-se na Região de Serra dos Dourados, Distrito de Umuarama, a presença de índios desconhecidos. Em 1955 a primeira expedição a fim de explorar a procedência dos mesmos, descobriu tratar-se de um grupo de aproximadamente 300 índios Setas, provindos do Mato Grosso. Sabe-se que desapareceram no local, devido ao desmatamento que se aproximava.

FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Depois de fundada em 1955 e elevada à categoria de Município em 1960, Umuarama passou a ser Comarca em 1963, sendo atualmente sede Regional Judiciária. Seu primeiro vereador foi Henio Romagnolli e posteriormente o primeiro Prefeito eleito.

Quando a cidade de Umuarama foi elevada a Município, teve o seu primeiro Prefeito, Sr. Walter Zanotto Lopes, nomeado pelo então governador do Paraná, Moisés Lupion.

Em 08 de outubro de 1961 foi realizada a primeira eleição para eleger Prefeitos e Vereadores, sob a égide da Comarca de Peabiru, presidida pelo M.M. Juiz de Direito Dr. José de Mello. Foi feita a apuração em Cruzeiro do Oeste, sede do Município antes do desmembramento. O primeiro Prefeito eleito foi Henio Romagnoli (gestão de 1961 a 1965), sendo o mesmo reeleito para a gestão de 1973 a 1975. Os outros Prefeitos que Umuarama teve foram: Marciano Baraniuk (1965 a 1970), João Cione Neto (1970 a 1973 e 1977 a 1979), Durval Seifert (1975 a 1977), Tuglio Setogutte (1979 a 1982), Jorge Vieira (1982 a 1983), Antônio Romero Filho (1983 a 1988), Alexandre Ceranto (1989 a 1992) e novamente Antônio Romero Filho a partir de 1993.

Nas décadas de 60 a 70 o Município de Umuarama criou vários Distritos, sendo que alguns deles já se emanciparam atualmente. São eles: Distrito de Perobal (1961), Lovat (1962), Serra dos Dourados (1961), Santa Eliza (1967), Herculanãdia (1967), Roberto Silveira (1977), Vila Alta (1977), e ainda o Distrito de Ivatê em 1980.

Desses Distritos já se emanciparam: Herculanãdia, Ivatê e Vila Alta.

Umuarama possui ainda os Patrimônios de Cedro, Nova Jerusalém e Vila União.

O Município de Umuarama passou a ser sede de Comarca em 03 de agosto de 1963,

pelo então desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, na ocasião, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

A Comarca de Umuarama conta atualmente com:

- a) Cartório Eleitoral da 142.^a Zona;
- b) Cartório Eleitoral da 89.^a Zona;
- c) Juizado Especial de Pequenas Causas;
- d) Cartório de Distribuidor e Anexos;
- e) Cartório da Vara de Família e Menores;
- f) Cartório da 1a. Vara Cível;
- g) Cartório da 2a. Vara Cível;
- h) Cartório da 1a. Vara Criminal;
- i) Cartório da 2a. Vara Criminal.

Ainda fazem parte da Comarca de Umuarama as cidades de Maria Helena, Douradina, Vila Alta, Ivatê, Lovat, Serra dos Dourados, Santa Eliza, Herculanãdia, Carbonera, Porto Figueira, Cedro, Vila Formosa, Jardim do Ivaí, Vila Nova União, Alto Alegre, Nova Jerusalém, Roberto Silveira.

SÍMBOLOS MUNICIPAIS

BANDEIRA MUNICIPAL

A bandeira Municipal de Umuarama, de autoria do heraldista Prof. Arcioné Antônio Peixoto de Faria, deve ser terçada em faixa, sendo as faixas externas azul, com cinco módulos de largura e sobre-faixa vermelha de um módulo, que parte do vértice de um triângulo isósceles amarelo, firmado da tralha, onde o Brasão Municipal é aplicado.

O triângulo amarelo representa a própria cidade-sede do município. A cor amarela simboliza a glória, o resplendor, grandeza, riqueza e soberania.

A faixa branca carregada de sobre-faixa vermelha representa a irradiação do poder Municipal que se expande a todos os quadrantes do seu Território. A cor branca simboliza a paz, amizade, trabalho, prosperidade, religiosidade. A cor vermelha simboliza a dedicação, o amor-pátrio, audácia, intrepidez, coragem e valentia.

As faixas externas do azul representam as propriedades rurais existentes no Município. A cor azul de justiça, nobreza, perseverança, zelo e lealdade. Representa o Governo Municipal.

O HINO DE UMUARAMA

Tem a letra de Vera Vargas e música de Sebastião de Lima, foi oficializado pela Lei nº 467 de 22.05.1978.

I

Quando em festa o futuro chegou,
Com seu canto de azul sobre a mata,
Toda a agreste beleza acordou,
Qual semente que em flor se desata,
Um fremir de esperança, ideal,
Perpassou entre as núvens e a rama,

E se ergueu para a História, afinal,
Poderosa, a sorrir, Umuarama.

CORO

Umuarama, para frente,
Com trabalho e alegria,
Há nas mãos de tua gente
Fé, vontade e energia.
Essa força admirável
Que arrancou-se do sertão
Te impulsiona insuperável
Para a glória da nação.

II

É amizade, num clima gentil,
E transforma o teu solo em celeiro,
Distribuindo fartura ao Brasil,
O esplendor de que o sol te reveste,
Um clarim sobre o mundo será,
Es bandeira triunfal, que no Oeste,
Abre a marcha do teu Paraná.

REQUERIMENTO N° 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações, pela posse da nova Diretoria do Lions Clube de Curitiba - Thémis, distrito L-6, cuja presidente é Rosemari Abujamra Izê, ocorrida nesta Capital com data de ontem.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Lions Clube de Curitiba - Thémis, sendo extensivo os votos a toda diretoria empossada conforme relação em anexo.

Sala das Sessões, em 22.06.95

(a) ALGACI TÚLIO

Curitiba, 08 de junho de 1995.

Ao

CL ALGACI TÚLIO

DEPUTADO E RADIALISTA "UM CANAL ABERTO PARA O POVO"

N/CAPITAL

Prezado Companheiro:

Temos a grata satisfação de convidar o prezado companheiro e DM para a posse da Diretoria "AL 95/96" do Lions Clube de Curitiba Thémis, que será realizada dia 21 de junho próximo vindouro, às 20:00 horas, na Sociedade Thalia, sito a rua Comendador Araújo 338, e, que está assim constituída: Presidente - Rose Marie Abujamra Izê Past Presidente - Neusa Maria da Costa Ehrhardt

1° Vice-Presidente - Dinorah Martins Chaves

2° Vice-Presidente - Wilma Régia Ramos de Rezende

3° Vice-Presidente - Marisa Lima Westphalen

Secretária - Nelita Ferraz de Mello Sauner
Tesoureira - Ione Dimas de Barros Netto

Diretora Social - Maria de Lourdes Silveira Moura

Diretora Animadora - Inelena Fátima Fogiatto

Vogal 1 ano - Aurea Oliveira Abujamra

Vogal 1 ano - Tullia Maria Noll

Vogal 2 anos - Marlene Deconto

Vogal 2 anos - Maria das Graças Moreira

Diretora de sócios - Hercília de Souza Gonçalves.

Esperando contar com a honrosa presença do prezado companheiro solicitamos a gentileza de confirmar presença até o dia 19, através dos telefones: (041) 253-1123 CAL Neusa e 262-4530 CAL Nelita.

Leonisticamente,

(a) NEUSA MARIA DA COSTA EHRHARDT

Presidente

REQUERIMENTO N° 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de votos de congratulações as lideranças políticas e aos munícipes de S.J. do Patrocínio, pela passagem de seu aniversário de emancipação política a ser comemorado na data de hoje (22.06).

Do aprovado requer seja comunicado o Prefeito Municipal Senhor Aparecido Falleiros de Souza, Senhor Albertino A. Branco, vice-Prefeito (rua Mal. Candido Rondon, 164); dos Vereadores José Avelino da Silva, José Carlos Castilho, Elcio Alves Nogueira, Raimundo Pimenta, João Colóneli, Elio Someira, Marivaldo Luciano de Lima, José Carlos Caloi e Waldir de Melo (rua D.Manoel, s/n. Cep: 87.555.000).

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 1742

Senhor Presidente.

Atendidas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que envie gestões no intuito de viabilizar a conclusão, em caráter de urgência, das seguintes obras no Município de Maringá.

- construção da creche do Parque ITAIPU (SEPLAN E FAMEPAR);
- construção da sede do corpo de bombeiros da zona sul (FAMEPAR);
- construção do trevo de acesso a Floriano (SECRETARIA DOS TRANSPORTES);
- construção do viaduto de ligação das Avenidas Guaiapó e Gastão Vidigal, sobre a linha da RFFSA (SECRETARIA DOS TRANS-

TES);

- instalação do curtume piloto no Colégio João XXIII (GOVERNADOR);
- recuperação da pavimentação asfáltica da Avenida Colombo (SECRETARIA DOS TRANSPORTES);
- adequação do Cine Teatro Plaza para Centro de Convenções (SECRETARIA DOS ESPORTES E TURISMO);
- construção da piscina olímpica e pavilhão de ginástica no CEMM (SECRETARIA DOS ESPORTES E TURISMO);
- implantação de quadra de tênis e caixa d'água no CEMM (SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO);
- construção de pista de atletismo no CEMM (SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO);
- conclusão do complexo esportivo Jaime Canet Júnior (SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO);
- cobertura da quadra esportiva do Centro Esportivo da Vila Operária (SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO);
- conclusão do Teatro Regional e Museu Histórico e Botânico Kallil Haddad (SECRETARIA DA CULTURA);
- implantação de curtume escola (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO);
- conclusão das obras do Aeroporto Regional de Maringá (GOVERNADOR);
- construção do presídio semi-aberto industrial (SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA).

Tratam-se de obras de grande alcance para Maringá e região e cuja construção e funcionamento dependem de repasse de verbas estaduais, motivo pelo qual os municípios daquela localidade e adjacências cobram urgência nesses projetos.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) EMERSON NERONE

REQUERIMENTO N° 1750

Senhor Presidente.

Na forma do que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual e obedecidas as disposições regimentais, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, arquiteto Jaime Lerner, solicitando ao mesmo que informe a esta Casa se foi cumprida, no exercício de 1995, a disposição constante do artigo 234 da Constituição Estadual, cujo inteiro teor segue transcrito:

"Art. 234 - O Estado publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, em cada um de seus Poderes, indicando o cargo ou função e o local de seu exercício, para fins de recenseamento e controle."

Caso a referida exigência constitucional tenha sido cumprida, solicita-se seja

Curitiba, quinta, em 22.06.95

informada a data da publicação e o número do Diário Oficial.

Solicita-se, também, que o Governador do Estado informe a esta Assembléia o número de servidores públicos estaduais, relacionando nome, cargo ou função, vencimentos, data de admissão e órgãos de lotação de cada servidor.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

O momento é de transparência na Administração Pública. A população quer saber quem trabalha para o Estado e em que condições são pagos os salários dos servidores públicos, posto que o Governador do Estado diz que aumentar os vencimentos dessa classe laboral comprometerá o Orçamento do Estado e ultrapassará limites instituídos pela Constituição Federal.

Tem-se a certeza de que o Governador do Paraná está sensível ao momento político e econômico e, portanto, não se furtará a expor claramente qual a situação financeira da folha de pagamentos do Estado do Paraná.

O Governo do Estado do Paraná assumiu o cargo com plataforma de trabalho envolvendo o apoio ao funcionalismo público do Estado, do qual teve amplo apoio. Dessa forma, nada mais justo do que embasar a análise do reajuste concedido com dados concretos, permitindo a análise do quadro de servidores que trabalham para o Estado do Paraná.

A transparência, a lisura no trato do erário público não deve ser idéia constante somente de plataforma eleitorais, deve converter-se em realidade, demonstrando ao povo paranaense que este Estado da Federação não vive de ilusões e sim de trabalho sério, honrado.

Não há forma de se avaliar corretamente a situação do nosso Estado se não dispomos de dados sobre a situação dos servidores públicos, quanto ganham, quantos anos têm de serviço, enfim, qual a situação funcional dessa parcela da população que presta serviços ao Estado, movimentando a estrutura burocrática e política do Paraná.

Lamentavelmente, informações dessa natureza estão sempre obscuras, razão pela qual tem-se a certeza de que o atual Executivo Estadual quebrará essa tradição, zelando pela transparência tão prometida no "Paraná Novos Caminhos".

REQUERIMENTO N° 1743

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao

Comandante da Polícia Militar do Paraná, no sentido de colocar policiamento na rua Odonis Big, proximidades do BAMERINDUS em Colombo. Os moradores fizeram um mutirão e construíram um módulo policial, só que o mesmo está vazio. É muito grande o número de assaltos que ali ocorrem, inclusive o banco vai ser transferido deste local por este motivo.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar o esgoto do prédio da Construtora Porto Fino, em frente ao Hospital Santa Felicidade. O esgoto sai direto nas galerias pluviais, causando mau cheiro insuportável.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com relação à desapropriação dos moradores da rua Vicente Cenestraro, no Jardim Paraná, Colombo. Há mais ou menos dois anos atrás, a SANEPAR esteve neste local, comunicando os moradores de que ali seria feito a abertura de um rio e que os moradores teriam o prazo de um ano para deixar suas casas. Até agora os mesmos não receberam mais nenhum comunicado, e se saírem de suas casas, não terão onde morar. Para maiores informações indicamos a Sra. Maria do Carmo Quinto, pelo telefone 358-6019.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1746

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de verificar a qualidade da água na rua Madre Maria Lucia, imediações do n° 211, no Guabirotuba. Segundo os moradores a água está vindo muito suja, imprópria para o consumo humano.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, o envio de expediente ao Ex-mo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos da Escola", trecho de aproximadamente 18 (dezoito) quilômetros de estrada vicinal, com início na localidade denominada Vila Roberto Brzezinski, cruzando a BR-272, passando pelas localidades de São Benedito, Km 31, cruzando a Rodovia "Boiadeira", Km 128, até a Venda Santa Lúcia, na Rodovia PR-558.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos às Escolas e escoamento de produtos da safra agrícola, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz de trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente da SUCEAM "HIRATOSHI TAMINATO", solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se preceder à execução da pavimentação localizado na BR-369, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimentos atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Campo Mourão, que requer a execução dos serviços de pavimentação do trecho de aproximadamente dois quilômetros, compreendendo do prolongamento da Rua 27 de Dezembro que liga o Posto Presidente, no Jardim Paulino, ao Seminário São José, localizado na BR-369, que é de grande importância para o tráfego de automóveis e caminhões que seguem para Cascavel e Foz do Iguaçu.

Esta estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando a pavimentação, possui um fluxo de trânsito que demanda um grande escoamento de transportes do Município, daí a premente necessidade de sua adequação, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 1762

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de dar esclarecimentos aos moradores do Conjunto Residencial Graciosa, em Pinhais. Segundo os membros, há mais ou menos dez anos atrás foram notificados pela SANEPAR, de que ali seria construída uma represa e que teriam que desocupar suas casas. Até hoje os moradores não podem construir e nem fazer reformas em suas casas, com medo de que tenha que sair dali, por isso aguardam uma resposta da SANEPAR.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1763

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, no sentido de retirar entulhos e terra da rua José Spak, ao lado do n° 103, Vila Silca, em Campo Largo.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1773

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER, o encaminhamento de expediente à Dra. FANI LERNER, para que acione o Regional da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, em Paranavaí, para gestionar junto ao Poder Executivo local, a implantação do Programa Piá no Ofício, nesse município.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos à disposição da população.

Como sempre, a elaboração de Projetos da pasta da Dra. FANI LERNER, demonstram a preocupação com as crianças e menores carentes do Estado.

O Programa Piá no Ofício foi um sucê-

Curitiba, quinta, em 22.06.95

so no Município de Curitiba. "Trata-se de um programa vitorioso" - Governador Jaime Lerner.

E prossegue: "Criamos entusiasmo entre os jovens e as empresas".

Embora a Constituição Federal permita o trabalho de menores acima de 14 anos (art. 7°, XXXIII), a realidade no país e em especial no município, é outra!

Menores de 18 anos chegam a trabalhar em jornada superior a 08 horas diárias e auferem remuneração inferior a 01 salário-mínimo ao mês, em Paranavaí e região.

A grande maioria destes menores são de família humilde, simples e de poucos recursos, cuja renda familiar não atinge 02 salários-mínimos mensais.

Com a implantação do Programa Piá no Ofício, em Paranavaí, certamente será garantido aos menores, uma colocação em empresas da cidade, na qual foi-lhes ensinado um ofício.

Igualmente, servirá o Programa, como meio de aumento da renda familiar, diminuindo o desemprego que atinge índices elevados.

A meta deste programa é cadastrar 10 mil adolescentes no prazo de um ano.

Em 24 de maio de 1995, no Município de Campo Mourão em Arapongas o Governo Estadual e a Secretaria da Criança lançou o Programa Piá no Ofício, dando seguimento para os Municípios de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava o mesmo projeto para um futuro breve.

"Ao propor o projeto Piá no Ofício colocamos o trabalho como uma atividade vital, como valor e direito e não como exploração". - Dra. Fani Lerner.

Prosseguindo: "Estudos comprovam que o adolescente, quando consegue o seu primeiro emprego, recebe um reconhecimento que muitas vezes não tem em casa. Ele passa a ser mais seguro e responsável nos seus atos".

Paranavaí necessita da implantação do Programa Piá no Ofício e tem condições (empresas de pequeno, médio e grande porte) de abrigá-lo.

Nossa Capital já contemplou 2.274 adolescentes distribuídos em 335 empresas, com o vitorioso Programa.

O Plano do Governo do PDT e do Movimento Paraná Novos Caminhos, trouxe consigo o Projeto Piá no Ofício, tão almejado pelos adolescentes paranaenses, que fora germinado na Municipalidade de Curitiba e Secretaria que ocupava Fani Lerner.

Trata-se do resgate da cidadania aos menores carentes e necessitados de nosso Estado.

Por isso, recomenda a Vossa Excelência que acione a Regional de Paranavaí, para gestionar junto ao Executivo Municipal da implantação do PROGRAMA PIÁ NO OFÍCIO,

nesse Município, como prioridade do Governo e da Secretaria.

REQUERIMENTO N° 1775

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor JAIME LERNER, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor NESTOR BATISTA, Digníssimo Presidente do Tribunal de Contas e aos Excelentíssimos Senhores RAMIRO WAHRHAFTIG e REINHOLD STEPHANES JUNIOR, Digníssimos Secretários de Estado da Educação e da Administração, respectivamente, solicitando que seja viabilizado estudos para encontrar soluções imediatas ao impasse gerado pela decisão do Tribunal de Contas da dilação do prazo até 30/06/95, como limite para apreciação e registro de aposentadoria dos professores enquadrados no Despacho Secretarial n° 07/76, artigo 2° e no Decreto 4007/94 conforme justifica.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Reporto aqui as preocupações dos professores e representantes das APMs da Comunidade Escolar do Município de Umuarama, que em reunião realizada no dia 17/06/95, apresentaram as propostas que ora anexamos.

REQUERIMENTO N° 1776

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Reg. Interno), REQUER após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao Dr. Cândido Manuel de Oliveira, M.D. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação do Programa Patrulha Rural no Município de Paranavaí.

Sala das sessões, em 22.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Paranavaí é pólo regional dos principais serviços postos à disposição da população.

A segurança pública é dever do Estado é um direito de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, da CF).

Em 07 de junho de 1995, no Município de Marechal Cândido Rondon o Governo Estadual em conjunto com a Secretaria da Segurança Pública, lançou o Programa "Patrulha Rural".

Até o final deste ano, toda a área rural do Paraná será patrulhada, conforme afirmou o Governador Jaime Lerner.

Paranavaí sofre com a deficiência da segurança pública na zona rural.

Muito embora exista dedicação e empenho dos profissionais da área, não é suficiente e eficaz para a prevenção das ocorrências e investigações policiais, no Município e na zona Rural.

"Temos certeza de que quadrilhas conterão suas ações e se agirem, terão o enfrentamento adequado" - Governador Jaime Lerner.

Com a implantação da "Patrulha Rural" em Paranavaí, certamente será garantida à população da zona rural, uma segurança eficiente no combate aos roubos e furtos de propriedades e maquinários.

O plano de Governo do PDT e do Movimento Paraná Novos Caminhos, trouxe consigo o Projeto Patrulha Rural tão almejado pelo homem do campo.

Por isso, recomenda a Vossa Excelência a implantação do Programa Patrulha Rural, no Município de Paranavaí, como prioridade do governo e da Secretaria.

REQUERIMENTO N° 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, do discurso de posse de 21 de junho de 1995, Lauri Caetano da Silva à Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 21.06.95.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo sob o título "UNIOESTE, Aborto e Cárrie da Burocracia", publicado na edição de 21.06.95 do jornal Gazeta do Povo, cujo texto, por si só, justifica plenamente esta proposição.

Do presente, Requeiro se dê ciência a Doutora Lilliane Corrêa Rezende à rua Pe. Champagnat, n° 80 - sala 206, Cascavel/Pr - Cep: 85.802-660.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) JOEL COIMBRA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 240/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores Vila Sandra II, Bairro Campo Comprido,

com sede e foro no Município de Curitiba-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores Vila Sandra II, no Bairro Campo Comprido, Curitiba-PR, tem desenvolvido um trabalho exemplar em defesa de seus moradores.

Trabalha a diretoria, sem qualquer remuneração conforme o que dispõe o Art. 12, § 1º do Estatuto Social da Entidade.

Por tratar-se de entidade defensiva da comunidade, principalmente os mais carentes, conforme relatório de atividade em anexo, merece o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 241/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, com sede e foro no Município de Cascavel, o Abrigo São Vicente de Paulo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento: Eduardo Trevisan, Nelson Tureck, Luiz Carlos Alborghetti, João Techy e Reny Borsatto.

JUSTIFICATIVA:

O Abrigo São Vicente de Paulo é uma instituição filantrópica e assistencial que vem desenvolvendo um trabalho de relevante importância para o Oeste paranaense.

Além de abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, o abrigo também atende moças mães solteiras abandonadas pelos pais e indigentes que não têm com que alimentar-se.

Abrigar e amparar idosos é uma tarefa grandiosa, que nesse momento deve ser reconhecida e engrandecida.

É por essas razões que solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 242/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado à Secretaria de Estado da Segurança Pública edificar no Loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o primeiro Distrito Policial da cidade.

Art. 2º - O Distrito Policial deverá ter, além da edificação, os equipamentos e contingente necessário a fim de possibilitar a atuação efetiva em defesa da segurança pública.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Há muito, a população de Paranavaí, em especial o Loteamento Jardim São Jorge, sonha com um Distrito Policial.

Trata-se do bairro mais populoso da cidade bem como o mais distante do centro.

Todo o município sofre com a deficiência na prestação do serviço de segurança pública e que com a instalação do 1º Distrito Policial, poderia amenizar o problema, cada vez mais crescente.

Em Paranavaí, a 8ª S.D.P. não tem condições de absorver todo o trabalho com pequenos furtos e outros ocorridos no município e particularmente no bairro mais populoso e distante, que é o Jardim São Jorge.

O Decreto Municipal nº 2.194/79, declarou de Utilidade Pública para fins de desapropriação os lotes de terras nº 14 e 15 da quadra nº 167, do Jardim São Jorge, com destino à instalação do Distrito Policial, obra esta integrante do Projeto Cura.

Em meados de 1991, propusemos, quando então Vereador, projeto de lei autorizando o Poder Executivo Municipal a desapropriar e doar ao Estado do Paraná, Secretaria de Segurança Pública e Divisão da Polícia Militar, os lotes referidos anteriormente.

O Projeto de Lei sob nº 35/91, culminou na edição da Lei Municipal nº 1460/91, sendo sancionada pelo Chefe do Executivo em 06 de agosto de 1991.

A Constituição Federal determina que é dever do Estado as questões relativas à segurança pública, sendo um direito de todos, visando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Por isso, pedimos o apoio e aprovação do presente, aos nobres pares desta Casa de Leis, para que seja realizada edificação no Loteamento Jardim São Jorge, Município de Paranavaí, o 1º Distrito Policial da Cidade.

PROJETO DE LEI Nº 243/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Substância atóxica, volátil e de odor aversivo será adicionada ao benzeno, ao tolueno e ao xileno puros, aos produtos que contenham estes solventes e

aos que a utilizem como matéria-prima, no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O grau de odor aversivo da substância a ser adicionada deverá ser suficiente para impedir a inalação intencionalmente abusiva do produto.

Art. 2º - As indústrias instaladas no Paraná, fabricantes dos produtos referidos no artigo anterior, têm o prazo de 04 meses, a partir da vigência da presente lei, para promoverem a adição da substância atóxica, volátil e de odor aversivo, sob pena de terem apreendidos os lotes cujas especificações contrariem essa exigência.

§ 1º - As empresas fabricantes dos produtos a que se refere o art. 1º instaladas em outros Estados da Federação, não poderão comercializar seus produtos, no Estado do Paraná, que não contenham as especificações descritas anteriormente.

Deverão tais empresas adaptar seus produtos de acordo com a legislação estadual do Paraná.

§ 2º - A reincidência em não cumprir a exigência da presente Lei, acarretará nova apreensão dos lotes irregulares e a interdição das atividades da indústria por tempo indeterminado, até que ela se apresente capacitada para iniciar a adição da substância aos seus produtos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.95.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

É crescente o número de menores que utilizam-se da "cola de sapateiro" ou produto similar para inalação intencional.

Apesar das restrições para a aquisição por menores, o consumo da "cola de sapateiro" continua.

Embora exista fiscalização, a cola ainda é adquirida pelos menores integrantes de "gângues" ou mesmo através de furtos em lojas do ramo.

Tal produto, feito à base de hidrocarbonetos e tolueno, é usada como inibidor da fome e do frio. Gera ela dependência psicológica e provoca lesões no organismo do usuário.

Um dos problemas mais graves enfrentados pela Secretaria da Criança e Assuntos da Família, é o envolvimento de menores infratores e marginalizados com a cola e drogas.

É impossível uma fiscalização que obtenha controle de eficácia em 100%.

Indústrias de Curitiba, anos atrás prometeram modificar o cheiro da "cola de sapateiro" substituindo o solvente tolueno

- que provoca euforia quando aspirado - entretanto, tal medida não foi concretizada.

O Governador do Estado, doutor Jaime Lerner, quando então Prefeito da Capital Paranaense, elaborou profundo estudo para alteração da fórmula da cola, como justificativa do Decreto Municipal nº 25/92.

Várias Leis foram editadas, algumas determinando o repasse às Regionais de Saúde e às Prefeituras o controle da Venda e consumo da cola, outras autorizando a venda a maiores de 18 anos, mediante a apresentação de documentos.

Nenhuma delas, conseguiu solucionar o problema cada vez mais crescente no País e no Estado do Paraná.

Tramita no Senado Federal projeto de lei de autoria do Senador Darcy Ribeiro (nº 304/91) que trata da mesma matéria, com parecer de comissões favoráveis.

Se faz necessário que o Paraná em projetos de tais natureza saia na vanguarda aos interesses dos menos favorecidos e carentes do Estado.

Por tudo isso e em nome da juventude do nosso estado e do nosso País, pedimos o apoio e a aprovação dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 244/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Grupo Irmã Sheilla, com sede e foro no Município de Paranavai, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

De acordo com os preceitos estatutários, o Grupo Irmã Sheilla, contempla e prioriza todo o atendimento junto às crianças de famílias carentes, que vem possibilitando as mães a trabalhar, visando desta forma e melhoria do orçamento familiar.

Promovendo ainda a integração, recreação, educação e oferecendo afeto e carinho, o que contribui com dignidade, para o desenvolvimento humano.

Assim sendo, é merecedora de todo reconhecimento da sociedade e, para ser mais eficiente ainda na sua consecução de suas finalidades, é que solicitamos a aprovação dos nobres Deputados ao presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 245/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, com sede e foro no Município de Cascavel, a União Oeste Paranaense.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) EDGAR BUENO

Apoiamento. Nelson Lúcia, Eduardo Trevisan, Luiz Carlos Alborghetti, João Tychy e Remy Borsatto.

JUSTIFICATIVA:

A União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, com sede e foro em Cascavel, é uma entidade sem fins lucrativos que há quatro anos vem bem desempenhando seu papel junto à população do Oeste do Estado.

Além de auxiliar na assistência do doente em tratamento e no preparo e aperfeiçoamento de profissionais ligados à área de cancerologia, a UOPECCAN, organiza campanhas de prevenção ao câncer e busca recursos junto aos órgãos competentes para melhor aparelhamento dos hospitais, já tendo conseguido e viabilizado, junto ao Instituto Nacional do Câncer, a Bomba de Cobalto, aparelho importantíssimo no tratamento da doença.

É por essas e outras importantes realizações da entidade que proponho o presente projeto de lei e que espero o apoio dos nobres parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 246/95

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Goioxim, com sede e foro no Município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária de Goioxim, entidade filantrópica criada em 04 de junho de 1994, tem como objetivo representar e coordenar as reivindicações e interesses gerais dos moradores dessa área.

Visando defender seus interesses, a Associação trabalha como elo com outras entidades, conselhos e poderes públicos existentes na comunidade, pleiteando as respectivas soluções, visando garantir a seus associados o atendimento as necessidades básicas, contribuindo de forma fun-

damental para uma vida mais digna e humana.

PROJETO DE LEI N° 247/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica assegurado transporte gratuito aos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal, mediante a apresentação de atestado médico e encaminhamento de entidades beneficentes atuantes na área de reabilitação.

Parágrafo Único - Os interessados no benefício desta lei deverão promover a reserva da passagem com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, consideram-se:

I - **portadores de deficiência física** aqueles que apresentam qualquer redução ou ausência de membro ou função física;

II - **portadores de deficiência nos órgãos sensoriais** aqueles que apresentam deficiência visual ou deficiência auditiva;

III - **portadores de deficiência mental** aqueles que apresentem coeficiente intelectual (QI) abaixo da média.

§ 1º - A deficiência visual será classificada em:

I - **cegueira**, para aqueles que apresentem ausência total de visão ou acuidade visual não excedentes a 1/10 (um décimo) pelos optótipos de Snellen, no melhor olho, após correção ótica, ou aquele cujo campo visual seja menor ou igual a 20% (vinte por cento), no melhor olho, desde que sem auxílio de aparelhos que aumentem este campo visual;

II - **ambliopia**, para aqueles que apresentem deficiência de acuidade visual, de forma irreversível, considerando-se incapacitados aqueles cuja visão se situe entre 1/10 e 3/10 (um décimo e três décimos) pelos optótipos de Snellen, após correção.

§ 2º - A deficiência auditiva será classificada em:

I - **surdez**, para aqueles que apresentem ausência total de audição ou perda auditiva média igual ou superior a 80 db (oitenta decibéis), nas frequências de 500 (quinhentos), 1000 (mil), 2000 (dois mil) e 4000 (quatro mil) hz (Hertz).

II - **baixa acuidade auditiva**, para aqueles que apresentem perda auditiva média entre 30db e 80db (trinta e oitenta decibéis), nas frequências 500 (quinhentos), 1000 (mil), 2000 (dois mil) e 4000 (quatro mil) hz (Hertz) ou em outras frequências, má discriminação vocálica (igual ou inferior a 30%) e consequente inadaptação ao uso de prótese auditiva, tomando-se como referência o ouvido melhor.

§ 3º - A deficiência mental será classificada em:

I - leve/educável, àqueles que apresentem, em teste formal para mensuração de coeficiente intelectual, resultados de QI entre 55 e 69;

II - moderado/treinável, àqueles que apresentem, em teste formal para mensuração de coeficiente intelectual, resultados de QI entre 40 e 54.

Art. 3º - Cessará o benefício previsto nesta lei quando a pessoa portadora da deficiência estiver reabilitada ou for interrompido o trabalho de reabilitação.

Art. 4º - O benefício de que trata esta lei não é extensivo aos acompanhantes da pessoa portadora de deficiência.

Art. 5º - Face ao que dispõe esta lei, a Secretaria de Estado dos Transportes editará, nos contratos de concessão do serviço de transporte intermunicipal, as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 6º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de sessenta (60) dias, contando da publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.95.

(a) EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

As empresas de ônibus, informalmente, já doam passagens a pessoas portadoras de deficiência, especialmente alunos da APAEs, a fim de permitir que os mesmos, residentes, em cidades que não contem com escolas especiais, possam se deslocar até os municípios mais próximos e que tenham estrutura para trabalhar na área de educação especial. Entretanto, os pais ou responsáveis pelos beneficiários reclamam do processo da concessão das passagens, que é demorado e exige o deslocamento dos pais ou responsáveis até as cidades onde as empresas de ônibus concedentes tenham escritório.

A Constituição Federal, em diversos artigos, trata da proteção aos portadores de deficiência e essa proteção deve envolver a habilitação e a reabilitação dessas pessoas evitando que fiquem à margem do desenvolvimento social.

O Artigo 220 da Constituição Estadual também traz como obrigação do Estado a assistência aos portadores de deficiência, buscando a sua integração à sociedade.

As entidades beneficentes que atuam na

área de reabilitação são fundamentais nesse processo, motivo pelo qual este projeto pretende oferecer condições de acesso a esses serviços para pessoas portadoras de deficiências cujas famílias não têm recursos, objetivando sobretudo evitar que a carência financeira crie barreiras intransponíveis para essas pessoas que vivem em mundo que privilegia tão-somente os sãos.

A sociedade moderna é essencialmente competitiva e as pessoas são, a todos os momentos, estimuladas a valorizar o sucesso e a compleção física, os que não se enquadram nos moldes socialmente aceitos, normalmente são aliçados. Dessa forma, necessitamos implementar formas de integração para os portadores de deficiências, valorizando sua potencialidades e contribuindo para oferecer opções de reabilitação.

Em face do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres deputados para a concessão desse benefício às pessoas portadoras de deficiência.

PROJETO DE LEI Nº 248/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica inserido o item "12", no inciso II - GRUPO "B", do artigo 23, da Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, com a seguinte redação:

"12. calcário e gesso".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em, 22.06.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Geraldo Cartário.

JUSTIFICAIVA:

O presente projeto de lei objetiva determinar definitivamente que na comercialização de "calcário e gesso" venha incidir o Imposto Sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços - ICMS -, com a alíquota de 12% (doze por cento).

Atualmente tal alíquota é de 17% (dezesete por cento), contudo, seguidamente são emitidos Decretos e/ou Convênios de ICMS, reduzindo a base de cálculo da comercialização, pois tais produtos se destinam, perçipamente, à produção agrícola, contudo, tais reduções são periódicas.

Com o presente plano de lei se pretende liberar os produtores agrícolas de pesada carga tributária, totalmente, incompatível com a importância que o setor tem na economia paranaense. Também irá propiciar diminuição do custo do metro quadrado de construção civil, setor econômico dos mais importantes para diminuir o grave problema de desemprego.

Pelo supra alegando e por muito mais que se poderia, ainda aditar, temos certeza na rápida aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no grande expediente.

No norário das Lideranças concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti, do PMDB.

Orlando Pessuti, do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Compareço à tribuna nesta manhã de hoje para, no horário da Liderança do PMDB, manifestar em meu nome pessoal, como integrante do Bloco Municipalista e porque não dizer, em nome da Bancada peemedebista, a nossa solidariedade ao Movimento a ser deflagrado no dia de amanhã, por todas as prefeituras do Estado do Paraná, ou pelo menos, pela maioria das prefeituras do Estado do Paraná, de paralisação de suas atividades, de fechamento das portas, em função principalmente da situação hoje vivida pelos municípios paranaenses e brasileiros.

A discussão desse assunto vem ganhando corpo, principalmente no momento em que nós e alguns outros Parlamentares, trazem à discussão desse Plenário a criação de novos municípios e tem-se utilizado muitas vezes, que não se deveria criar municípios, porque os municípios atuais enfrentam dificuldades, enfrentam problemas no gerenciamento das suas contas e das suas ações.

Quero dizer aos Senhores Deputados que tenho um pensamento diferente desse pensamento esposado por algumas lideranças políticas do nosso Estado. Entendo que a situação de dificuldade por que passam os municípios, é em decorrência da falta de um melhor direcionamento dos recursos públicos existentes nesse País. Todos sabemos que a Constituição de 1988 e depois a nossa Constituição de 89 buscou dar aos municípios, uma fatia maior do bolo da arrecadação geral desse País.

No entanto, isso não vem acontecendo, porque embora tivéssemos tido sim, um acréscimo na arrecadação dos municípios, um aumento na sua participação no bolo da arrecadação nacional, evidentemente que as atribuições, os compromissos e a responsabilidade atribuídas aos municípios de um modo geral, foram bem maiores do que os recursos a ele atribuído.

Hoje todos sabemos que o recurso que é repassado aos municípios para o serviço de saúde, de assistência social e promoção humana, não atinge, na maioria dos casos, sequer 50% da necessidade que tem o muni-

cípio, ou pior ainda, não atende sequer metade daquilo que os Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores vêm investindo em cada município a título de saúde, assistência social e promoção humana.

Se partirmos para o campo da educação, onde a municipalização do ensino de 1º grau hoje é uma realidade, sabemos também que o valor repassado pelo Estado, através da municipalização do ensino, o "per capita" que se atribui na forma de custo aluno/ano, não reflete, também, a realidade da despesa que tem o município não para o 1º grau que seria responsabilidade do município, mas das despesas que tem o município para com o ensino do 2º grau e até mesmo com o ensino de 3º grau onde a maioria dos municípios têm que comprar ônibus para transportar alunos para diferentes cidades do Paraná em busca do ensino superior.

Portanto, vejo que este Movimento comandado pela Associação dos Municípios do Paraná é um Movimento sadio, é um Movimento responsável e visa, unicamente, mostrar a toda população brasileira a situação em que se encontra os municípios de pequeno, de médio e de grande porte. Porque todos os municípios com raríssimas exceções, todos os municípios estão em dificuldades, fruto de uma política tributária não ajustada ainda em relação aos compromissos que tem o município, fruto de todos esses desacertos que existem ainda em termos de gerenciamento público do nosso País.

O Sr. Sérgio Spada - V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Orlando Pessuti a Bancada do PT se associa à Bancada do PMDB neste gesto de solidariedade aos Prefeitos do Paraná, que conforme bem V. Exa. citou, faz um Movimento de fechamento das portas das Prefeituras do Estado do Paraná no dia de amanhã.

Deputado Pessuti, eu, ainda ontem, falava com o Presidente da AMP, o Prefeito Luiz Amaral, de Assis Chateaubriand, e na discussão veio à tona o óbvio, a situação difícil dos municípios. E o Prefeito me explicava o porquê dessa situação que é do conhecimento público também. Houve a descentralização dos serviços na área de educação e na área de saúde e não houve a descentralização dos recursos. Sugeri ao Prefeito Luiz Amaral, até porque conheço como é que funciona a cada alta e baixa em Brasília - o Congresso Nacional - que eles agilizassem o Movimento e se dirigissem, neste momento, principalmente ao Poder Executivo e particularmente ao Ministro José Serra. Porque na minha avaliação, Deputado Pessuti, o Governo, hoje, tem muita

ascendência sobre o Congresso Nacional. Há uma ampla maioria governista que vota de acordo com os interesses e a vontade do Governo no Congresso Nacional.

As propostas saídas do Poder Executivo têm, não raro, passadas da forma como vêm do Executivo no Congresso Nacional. Então é hora da AMP, das Assembléias Legislativas e de outras Associações do Brasil inteiro se dirigirem ao Poder Executivo que está elaborando uma proposta de reforma tributária que vai ser encaminhada ao Poder Legislativo e ao Congresso Nacional. E, como temos visto, todas as propostas que vêm do Executivo têm passado no Legislativo. Então vamos direcionar o Movimento, a força do Movimento para o Poder Executivo para que o Poder Executivo na hora de elaborar sua proposta de reforma tributária leve em conta as dificuldades dos municípios.

Parabéns Deputado Pessuti por este importante tema que V. Exa. traz hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço Deputado Sérgio Spada pela sua manifestação e solidariedade também aos Movimentos dos municípios do Paraná, em busca de maiores recursos, em busca de esclarecimentos à opinião pública de como andam as finanças de seus municípios e a dificuldade, conseqüentemente, de cada um deles.

Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Pessuti, V. Exa. seguramente talvez seja a síntese de um Deputado municipalista. Preocupado com as questões do interior do nosso Paraná, dos pequenos municípios, vai à tribuna e registra esse protesto que as prefeituras paranaenses estão fazendo.

E fazem, e os Prefeitos, na verdade, comprometem hoje todas as suas receitas com o pagamento único e exclusivamente para a sua folha de pessoal e muitas vezes não podem pagar nem os encargos sociais para poder, claro, garantir pelo menos que os seus servidores, mesmo ganhando salários muito baixos, possam, na verdade, ter um mínimo de dignidade para tocar sua vida.

E esta situação na verdade, o Deputado Spada, aqui com muita dignidade, colocou, ela é fruto de toda uma política equivocada neste país aqui em que hoje você verifica as declarações do Governador do Estado, Presidente da República e dos Prefeitos, estão todos profundamente insatisfeitos.

Seguramente, o Governo Federal não tem recursos hoje para fazer frente aos grandes desafios que o país tem, a malha rodoviária do país está completamente desmontada, não há programa de política habitacional no país, é um problema gravíssimo

que se enfrenta na área de saneamento pela ausência de financiamento para esta área, enfim, o país, na verdade, vive uma grande crise e nesta crise na verdade estamos assistindo é o Governo Federal privilegiar na verdade o pagamento dos Bancos. Juros altos, então agora na verdade na política de privatizações, privilegiando o pagamento de juros, Deputado Spada.

Ninguém fala em vender estatal para ajudar os pequenos e médios municípios do Paraná. Fala-se em vender estatal para pagar juro dos Bancos, do Sistema Financeiro Nacional e Internacional. Por isso que me parece que a gravidade deste momento está justamente nas posições do Poder Executivo.

Quero crer no seguinte: que os Prefeitos paranaenses e brasileiros devem ir à Brasília, devem sim, com certeza, mas não ao Poder Executivo. Tem que ir à Casa do Povo, que é o Congresso Nacional. A pressão tem que ser feita por cada Prefeito no seu Deputado, para que se possa, na verdade, transferir recursos da União para os Estados e Municípios e o Governo Federal tem sido, Deputado Pessuti, com a permissão da Presidência, uma expressão, mas o Governo Federal tem sido profundamente sem vergonha ao fazer a composição da cesta de tributos que fazem com que se produza o bolo do fundo de participação para os Estados e municípios, porque ele sonega impostos importantes, manipula com o momento que ingressa esse recurso nesse bolo tributário e na verdade faz com que as Prefeituras em cada mês tenham um susto terrível, porque às vezes é ridícula a importância que a Prefeitura recebe.

Por isso, creio no seguinte: ou neste País aqui se restabelece de forma que seja equilibrada, o pacto federativo, dando atribuições e alocando recursos para essas atribuições ou de fato esses problemas que estão passando os municípios só vão piorar, porque vamos entrar neste país aqui pela política econômica equivocada e desastrosa do Sr. Fernando Henrique Cardoso, desta política neoliberal, estamos entrando seguramente num dos períodos de maior recessão deste país e o Governo Federal está de costas para a Nação e não enxerga o que está acontecendo com os municípios e com o povo brasileiro.

Meus parabéns, Deputado Pessuti, pela oportunidade de registrar em nome da Bancada do PMDB o nosso apoio ao protesto das Prefeituras paranaenses.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o PP concede o horário da Liderança do PP para o Deputado Pessuti, se necessário.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Iremos concluir,

Senhor Presidente.

Quero mais uma vez manifestar os agradecimentos ao Deputado Spada e Romanelli, que se posicionam igualmente a nós em favor deste movimento dos Prefeitos do Paraná e tenho certeza que esse movimento dos Prefeitos do Paraná haverá de representar a nível nacional a exemplo do que vem acontecendo todos os dias no Brasil, aonde a gente assiste a manifestação de agricultores e pecuaristas, também manifestando as suas dificuldades e as necessidades que sem uma política agrícola permanente, duradoura e com muita clareza, porque vejo que neste momento o reclamo dos Senhores Prefeitos se assemelha aos reclamos dos Senhores agricultores do nosso país, que também têm suas dificuldades e estão mostrando à Nação e a todos nós em particular, os seus problemas e as suas dificuldades.

É necessário que todos nós possamos entender com muita clareza o momento que estamos vivendo, um momento evidentemente de ajustes, que demanda sacrifício de todos; mas que não pode evidentemente esse sacrifício, esse ajuste, permanecer da forma como está no momento, porque teremos daqui a pouco todos os segmentos da sociedade em dificuldade, todos os segmentos da sociedade em condições de não recuperação até, se não mudarmos realmente o ritmo do Governo, se não mudarmos o ritmo das coisas neste País.

Portanto, registro em meu nome, em nome da nossa bancada, em nome de todos os Parlamentares, a solidariedade da Assembleia Legislativa, ao movimento dos Senhores Prefeitos do Paraná, mostrando, anunciando a todos as suas dificuldades e as razões pelas quais elas acontecem.

O Sr. Durval Amaral - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero me solidarizar com a sua manifestação e com todos os Prefeitos do Paraná.

O empobrecimento dos pequenos municípios do nosso Estado, e por que não dizer dos municípios brasileiros, acentuou-se em demasia a partir da reforma constitucional de 1988.

A bem da verdade, os grandes municípios do Brasil tiveram um benefício significativo com a ampliação da base tributária, principalmente no que se refere ao ISS, grandes municípios que têm na arrecadação de imposto sobre serviço uma fonte avantajada de recursos foram extremamente beneficiados.

Os pequenos municípios, entretanto, não obstante o aumento na arrecadação de ICMS, percentual de 20 para 25% do bolo tributário do ICMS dos Estados, eles fica-

ram ainda mais pobres. E é importante destacar que juntamente com a Constituição de 1988 vieram encargos que pesam em demasia para os municípios, a municipalização da educação, a municipalização da saúde, da assistência social, sem que houvesse a contra-partida desses encargos.

Os municípios estão literalmente falidos, quebrados, os Prefeitos que terminarão os seus mandatos no próximo ano, no dia 31 de dezembro do ano que vem, terão o peso de não terem conseguido realizar grandes administrações. Temos a experiência de outros Prefeitos que realizam agora o segundo, terceiro mandato, e a voz corrente em todo o Paraná que nunca viram em tempo algum uma administração com tanta dificuldade.

Então, é muito justo, é correto esse protesto que os Prefeitos do Paraná estão fazendo. E mesmo que não resolva o problema, porque é um problema nacional, e não se restringe às esferas do nosso Estado somente, que servirá como um alerta, e mais de um alerta, como um processo de conscientização de todos os municípios do Estado do Paraná.

Aqui na Assembleia Legislativa, Senhor Presidente, meu companheiro Orlando Pessuti. Agora mesmo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, acolhemos uma emenda do Deputado Zuk que obriga que o Estado no próximo exercício fiscal, insira dotação orçamentária fiscal específica para municipalização da saúde, para municipalização da educação, para o apoio do transporte escolar nos municípios e também incentivos financeiros aos pequenos produtores do Estado do Paraná. Acredito que mesmo que pequena, seja uma ajuda significativa aos pequenos municípios do Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço Vossa Excelência pelo aparte que nos oferece, e mais uma vez registro a nossa posição de solidariedade aos Prefeitos do Paraná, ao seu movimento, e a certeza de que todos nós, no dia de amanhã, de uma forma ou de outra, estaremos engajados nesse movimento dos Prefeitos e municípios paranaenses, porque todos nós sabemos que o município bem administrado, com recursos, proporciona - sem sombra de dúvida - o bem-estar à população que nele reside.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos, ao subir na tribuna hoje, no horário do nosso PSC, voltarmos a um assunto que foi polêmica nesta Casa. E achei

por bem levar a fundo para ver se estava correto ou errado.

Então para isso, ainda sobre aquela manchete publicada pela imprensa, e como há alguns segmentos da imprensa que ainda hoje, quando se fala de Jocelito faz de conta que não ouve ou que não ouviu, e para que se defina, de uma vez por todas, que não se tem nada contra a imprensa, aliás sou um integrante da imprensa, eu resolvi buscar aquilo que acho que é justo para se encerrar este assunto e se fazer uma avaliação da condição de cada um.

Deputado Beto Richa, o Senhor que foi citado também naquela matéria que Deputados novos decepcionaram seus eleitores, pois bem, vamos voltar a este assunto. Mas por que vamos voltar a este assunto? Porque eu não contente com a indiferença que a imprensa faz a minha pessoa, resolvi, com a ajuda de um empresário amigo, resolvi contratar um instituto de pesquisa, para que ele fizesse uma pesquisa na Cidade de Ponta Grossa e dissesse lá se eu estava certo ou errado.

Foi então com a ajuda de um empresário, que bancou a pesquisa, contratamos o IBOPE, que é, sem sombra de dúvida, um dos maiores institutos de pesquisa do Brasil. O IBOPE foi a Ponta Grossa no período de 12 a 15 de junho e ouviu 300 pessoas e avaliou o desempenho dos Senhores Deputados, avaliou a futura eleição para prefeito de Ponta Grossa, avaliou o descontentamento da população e chegou a um dado que me deixou satisfeito, não porque o dado me favorece, mas porque ele confirma que eu estava certo ao discordar daquela manchete publicada no jornal.

O IBOPE aponta, e eu gostaria que ficasse registrado nesta Casa, inclusive uma cópia desta pesquisa eu faço questão de deixar arquivada aqui, neste meu pronunciamento, de que segundo o IBOPE, pesquisa realizada em Ponta Grossa, dos dias 12 a 15 agora, passado, obtenho 49% de aprovação, como melhor Deputado de Ponta Grossa.

É uma pesquisa feita pelo IBOPE e não estou aqui desmerecendo nenhum companheiro de Ponta Grossa, mas é preciso matar a cobra e mostrar o pau. Precisamos mostrar para quem não quer falar de mim é porque não admite que errou, não admite que cometeu um equívoco e quer continuar fazendo a coisa errada.

Então o IBOPE perguntou em Ponta Grossa: Qual é o melhor Deputado Estadual de Ponta Grossa? E as pessoas responderam: Jocelito 49, Luiz Carlos Zuk 15, Plauto 15 e Péricles 2%.

É a pesquisa do IBOPE que está aqui e quero deixar registrado para que a imprensa não diga que Deputados novos estão decepcionando seus eleitores e tem mais, o IBOPE fez uma avaliação da minha atuação,

a atuação política do Deputado Jocelito e segundo a pesquisa, 66% da população acha ótima e boa a minha participação como Deputado.

Para encerrar, só para terminarmos esse assunto. Outro dado: a "Garagem da Esperança", programa de rádio que fazemos tem 74% de ótimo e bom na avaliação da população de Ponta Grossa. Só queria deixar esse registro agora para que a imprensa, ao fazer comentários, ou querer isolar um Deputado, que ela respeite a opinião pública que é feita através de um instituto conceituado e gabaritado, que é o IBOPE.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, mais uma vez nesta tribuna para justificar o voto de apoio ao projeto de lei do Deputado Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, dois grandes batalhadores em prol das causas dos municípios, principalmente da nossa região, a respeito da emancipação do Distrito de Rio Branco e que vai ser mais um município no cenário do Estado do Paraná.

O Nelson Tureck, junto com o Pessuti, em andanças que fizemos em 90, 91, até para o lado de Tamarana. Acho que foi um dos primeiros que nós perdemos, não é Pessuti? Tivemos lá, perdemos por 157 votos e acabou não saindo o município de Tamarana. O povo não escolheu pela votação do "sim", pela emancipação, quem saiu perdendo foi o Distrito de Tamarana.

Hoje vemos mais o Município de Rio Branco, aprovamos o Município de Pontal do Paraná e isso vem somar principalmente o Estado do Paraná, porque vemos exemplos do nordeste e outros Estados onde mais de 300 ou 400 municípios foram emancipados e cada município desse, levou o dinheiro do Estado do Paraná, porque o Fundo de Participação, que é do IPI e do Imposto de Renda, é federal. Se recolhe o IPI lá em São Paulo, se vende um carro, é repartido pela população do Brasil inteiro, para o Estado quanto mais município tem, maior é o volume de dinheiro que vem para o seu Estado e é por isso que o nordeste vem levando muito dinheiro e nós com apenas 371 municípios, estamos com menos recursos hoje. Exemplo do Município de Rosário e Grandes Rios, que permanece o mesmo coeficiente e com isso aumenta-se mais um município e vamos pegar mais 70, 80, 90, 100 mil reais por mês que vêm de todos os outros municípios do Brasil inteiro.

Parabéns ao Pessuti, ao Edson Lino e ao Líder do Governo Algaci Túlio e ao Presidente desta Casa, Anibal Khury, pela

criação desses municípios, porque a Alemanha é do tamanho do Paraná, a Alemanha que tem 3.000 municípios, que acabou na guerra e hoje é a segunda potência mundial. Prova-se com o programa do Governo Jaime Lerner que quer fixar o nosso trabalhador, a nossa comunidade lá no interior e com a criação do município, desde que seja daqueles que estão dentro dos critérios. O que não podemos ser a favor que tenha aí 500 habitantes, 200 eleitores... Portanto, são projetos de suma importância que vão engrandecer o Estado do Paraná.

Queremos também deixar registrado, aqui, a presença do Presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão, Sr. Antônio Renni. Um grande amigo prestigiando e sempre batalhando pelas coisas públicas da nossa região. E já que estamos falando em Campo Mourão - já fizemos através desta Casa e recebemos, agora, fax de todas as entidades: comércio, indústria, profissões liberais de Campo Mourão para que volte, novamente, a Agência de Rendas para Campo Mourão. Porque não concordamos e não admitimos e todos os senhores Deputados sabem disso, um município igual Campo Mourão um dos principais do Estado do Paraná juntamente com Londrina e com outros, não temos hoje, uma Agência de Rendas que foi desativada nesse município. E hoje estivemos conversando com o Secretário das Finanças e já está em estudo, já está no Governo, e em pouco tempo teremos de volta a Agência de Rendas. O que queremos é que Campo Mourão seja independente. Porque é um município modelo, é um município pujante e estamos aqui para defender, principalmente, a nossa Região da CONCAN.

E para aproveitar, usando este espaço aqui, hoje, Presidente, também parabenizando a sua pessoa, hoje vemos no Palácio aonde o Governo Jaime Lerner cada dia que passa vem incentivando indústrias no Estado do Paraná. Hoje vemos aí mais uma indústria assinada - no Município de Mauá. Vemos mais uma indústria sendo instalada, vinda de Santa Catarina para ser instalada lá em Marialva com 250 empregos, agora, diretos, até o final da obra mais 400 empregos.

Em épocas difíceis, em recessão e vemos a credibilidade de um Governo instalando indústrias em todo o Estado do Paraná. Isso só nos orgulha pelo Governo que temos hoje. Um Governo que prepara o seu futuro fazendo o seu presente. E ficamos contentes. Realmente ficamos entusiasmados, Sr. Presidente, quando vemos, principalmente nós que somos do interior e vemos nossos amigos, nossos compadres, nossos irmãos indo embora do interior do estado do Paraná. E hoje a esperança está brotando, a esperança está voltando com a industrialização deste Governo Jaime Lerner e

Curitiba, quinta, em 22.06.95

principalmente pelo apoio que esta Casa tem dado ao seu programa de Governo. E o Paraná está ganhando porque temos geração de empregos, distribuição de riquezas e os nossos irmãos que foram embora vão acabar voltando para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado João Techy.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Deputados, Sra. Deputada Ironði.

Vou comentar a respeito de um noticiário há dois dias a respeito de hospitais, Santas Casas.

Então, o noticiário que até demoradamente na Rede Globo comentou a respeito das dificuldades e mostrando que com o pagamento do SUS os hospitais estavam precisando fazer grandes empréstimos de Bancos para conseguir se manter, para conseguir manter o funcionamento. Sabemos que até muitos hospitais poderiam fechar, mas devido aos problemas com os funcionários, seria muito mais caro fechar e futuramente tentar reabrir. Então eles mantêm. Por isso aquela conversa a respeito de que se os hospitais não estão indo bem, que fechem; mas na verdade é mais complicado fazer isto do que ir mantendo com empréstimos, com ajuda, com campanhas, enfim, toda a forma de ajuda que eles podem conseguir eles vão buscando.

Acho que não tem saída de imediato. Não tem uma saída assim aonde algum dinheiro extra possa surgir para pagamento do SUS, para pagamento do SUS para os hospitais. E o Ministro lendo a respeito do IPMF ele até está muito certo e seria até uma bandeira dos Parlamentares da Câmara, e nós também poderíamos apoiar esse IPMF para a saúde, porque de imediato não existe nenhum outro recurso hoje para a saúde e todos sabem que sem isto não tem como manter a nossa população. A saúde a gente só pensa nela, só busca ela quando realmente está faltando para as pessoas, quando nós sentimos a falta desta saúde, então a gente busca atendimento. E essa é uma preocupação que deveria ser dos Parlamentares, dar apoio à Câmara e nós também apoiarmos para que se viabilize o IPMF através desse desconto que seria dirigido diretamente às entidades hospitalares.

Quando comentado a respeito das Santas Casas a gente ficou notando que no interior os hospitais particulares também fazem atendimento de 95% da população carente através do SUS. Não foi citado esses hospitais, mas eles também contribuem para uma grande assistência apenas que estão cada vez mais defasados e isto vem se notando pela quantidade de pessoas buscando a capital e as grandes cidades, os centros

maiores cada vez mais tem sido a procura por consulta, por atendimento e as pessoas até esperam 40 dias para uma consulta, muitas vezes, e esperam, eles são pacientes, eles aguardam, mas isto não pode continuar desta forma, tem que haver uma saída.

Então, peço aos Parlamentares daqui que dêem o apoio ao Ministro Adib Jatene a respeito do IPMF dirigido para assistência médica. Acho que é a saída mais viável é a maneira que os hospitais poderão se manter sem problemas.

Aproveitando o espaço, o PPR, segunda-feira vai receber o Prefeito de São Paulo, Paulo Malluf, o Senador Espiridião Amin, o Deputado Francisco Dornelles, além dos relatores Mendonça Filho que vai estar à tarde e João Almeida também à tarde.

Então, só lembrando aos Deputados que estamos com uma programação do dia todo e os Parlamentares, os Deputados que gostariam de acompanhar dentro do seu horário alguns desses programas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, Senhores Deputados, me traz a essa tribuna hoje uma preocupação em relação a CPI da SANEPAR, constituída pelo Deputado Valmor Trentini, Romanelli, Eduardo Trevisan, Plauto Miró, Ângelo Vanhoni, está substituindo o Deputado Florisvaldo Fier e o Deputado José Maria Ferreira que é o Presidente.

Acontece, Srs. Deputados, que estamos enfrentando alguns problemas em relação a CPI, desde o início, Sr. Presidente, listamos uma série de documentos que gostaríamos que a direção da empresa enviasse à Assembléia Legislativa. Então, já tem quase 45 dias que foram enviados os ofícios para que a SANEPAR prestasse os esclarecimentos necessários e até agora nenhum documento foi enviado a esta Casa de Leis. Isso está dificultando os trabalhos da CPI.

Uma coisa nos deixa muito preocupados, porque tenho escutado nas rádios, tenho visto declarações nos jornais de pessoas que não fazem parte nem da administração da SANEPAR, e tampouco da Assembléia Legislativa, isto é, não é nenhum Deputado, vou citar como exemplo, um assessor do Palácio Iguazu, o Sr. Lineu Tomaz, de posse de informações, não sei quais são essas informações, a respeito de superfaturamento nos preços, de esquema de corrupção montado na SANEPAR na diretoria passada, dando declarações na rádio CBN. Quer dizer, o Sr. Lineu Tomaz tem informações que a CPI não tem, isso é grave.

Estranha-me mais ainda que o Deputado Algaci Túlio também tem feito algumas afirmações à imprensa dizendo, percorrendo o mesmo caminho percorrido pelo Sr. Lineu Tomaz. Ora, para que a gente possa fazer os trabalhos com um pouco de seriedade, ter a tranqüilidade para investigar os fatos, seria necessário que o Deputado Algaci Túlio, tendo informações e sabendo de problemas graves na diretoria passada que remetesse, comparecesse à reunião da CPI, prestasse informações à CPI porque nós gostaríamos de ter a mesma certeza e as mesmas informações que o Sr. Lineu Tomaz tem, que o Deputado Algaci Túlio tem, porque se não essa CPI está fazendo papel de bobo, é brincadeira o que está acontecendo. As reuniões, são três por semana, os depoimentos tem sido três por sessão, cada depoimento uma média de uma hora. Quer dizer, estamos com quase um metro já de documentos que vieram de toda ordem aí para que a gente possa analisar.

Tenho visto aí pessoas que não fazem parte da CPI, como o Sr. Lineu Tomaz, dando declarações na imprensa, colocando como verdade algumas questões que são objeto de investigação. E o que é mais grave ainda, o Deputado Algaci Túlio que tem uma responsabilidade enorme neste caso acho que não poderia incorrer neste erro de ir para a imprensa. Primeiro a imprensa que vá escutar o Presidente da CPI, vá escutar o relator da CPI sobre os problemas da SANEPAR. Não tem cabimento eu, o Deputado Samis da Silva, chegar aqui na televisão, na imprensa e fazer declarações a respeito do Porto de Paranaguá, com documentos que sequer a CPI do Porto de Paranaguá, do qual o Deputado Algaci Túlio é o Presidente, teria conhecimento. Primeiro é um desrespeito que qualquer Deputado estaria fazendo, não ao Deputado Algaci Túlio como Presidente da CPI, mas a própria CPI. É uma forma de fragilizar as instâncias legítimas que nós constituímos aqui, enquanto Deputados eleitos pelo voto popular, para averiguar uma questão séria como esta que acontece na SANEPAR, em relação ao PROSAN e a falta de abastecimento de água na cidade.

Então o meu pronunciamento, Deputado Algaci Túlio, vem neste sentido, de que acho que as declarações para a imprensa, a respeito de um objeto que está sendo investigado pela Assembléia Legislativa, se tem alguma informação importante a ser repassada, primeiro repasse para a CPI. Estamos trabalhando sério, com responsabilidade, todos os dias estamos envolvidos com esta matéria e achamos estranho, vindo da sua parte, pronunciamentos a imprensa de que há esquema de corrupção montado, quer dizer, na mesma linha do Sr. Lineu Tomaz, na administração passada, sem a devida

comprovação, porque a CPI não chegou a nenhuma conclusão. Podemos até chegar a esta conclusão, mas se V.Exa. tem documentos que já possam comprovar uma afirmação de tal natureza, por favor, envie esta informação a CPI. Porque até agora a Diretoria da SANEPAR tem sonegado informações preciosas que nós requisitamos, a respeito da administração anterior, não a esta administração.

Concedo o aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Deputado Vanhoni, estou ouvindo V.Exa. e de fato V.Exa. está nesta tribuna traduzindo, na minha avaliação, o pensamento inclusive dos demais membros desta nossa comissão. Porque tem sido um trabalho duro, continuado, quero crer, é claro sem desmerecer nenhuma outra CPI, nesta Casa, mas seguramente a que maior comparecimento dos parlamentares e com maior participação é a CPI da SANEPAR. O Deputado Plauto Miró, Deputado Trentini, Trevisan que é nosso relator, Deputado José Maria, nosso Presidente.

Quando se constitui uma CPI, para que ela é constituída? Para investigar os fatos que constam do pedido, do requerimento.

Ora, para mim, como Deputado Estadual, que fui indicado pelo meu partido para fazer parte da CPI, tenho me debruçado e ao lado dos meus companheiros, mesmo com divergências políticas, tenho, com afinco, buscado a verdade para esclarecer os três pontos:

- 1) atraso na obra do PROSAM;
- 2) falta de água;
- 3) e a questão de contrato da SANEPAR com empreiteiras.

Temos aprofundado estas discussões, então para mim é muito estranho mesmo. Tivemos incidentes, aliás o Senhor mesmo Deputado Vanhoni, foi à tribuna e denunciou a ingerência de funcionários da SANEPAR, na CPI. E para minha surpresa agora participa da comissão, não é sempre, o advogado Lineu Tomás, que conheço há muitos anos, e para minha surpresa vai ali, colhe, busca informações. Seria leviano, Deputado Algaci Túlio, se tivesse divulgado para a imprensa um fato, por exemplo, que foi levado ao conhecimento da CPI, que a Prefeitura de Curitiba pagou uma obra, feita com o dinheiro do PROSAM, pagou a empreiteira sem a obra, sem a ponte ter sido executada.

Em nenhum momento, como oposição que sou ao Prefeito de Curitiba levou este fato ao conhecimento da imprensa, por quê? Porque não posso ser leviano, tem que estar comprovado o que estamos falando. E esta CPI é o instrumento que esta Casa tem

para investigar a verdade. Por isso o Governo tem toda responsabilidade, apoiou e foi formulador da CPI da SANEPAR, agora que aguarde os resultados que esta comissão vai ter, porque o resultado será a verdade. Porque como disse o brilhante Deputado que foi o relator da CPI do PC que citou o apóstolo João: - "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará."

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado.

O apelo que faço, Sr. Presidente, e aos Srs. Deputados, para que estes fatos não aconteçam mais, senão vão acabar descharacterizando a própria CPI, seus próprios fundamentos. Então as informações que os deputados tiverem, assessores, funcionários da SANEPAR, que encaminhem à CPI, acho que tem representantes que apoiam essa CPI que tem responsabilidade em relação ao governo que está aí, que são deputados que têm se conduzido de uma maneira séria, de uma maneira correta na CPI, como o Deputado Plauto Miró, como o Deputado Eduardo Trevisan.

Acho que se tiver que dar declarações à imprensa, devem ser ouvidos o Presidente e o Relator. Os demais Deputados membros devem fazer um pacto de que daqui para frente, declarações à imprensa, devem ser proferidas pelo Presidente e pelo Relator da CPI.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o senhor Deputado, líder do Governo, Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como aqui foi citado o PC Farias, e tenho a impressão que o Deputado Romanelli e o Angelo Vanhoni estão vendo fantasmas, porque se tem uma pessoa que tem se mantido quieto, não tem sequer se envolvido e sequer acompanhado as sessões da CPI da SANEPAR e nenhuma outra Comissão, porque quem está fazendo esse acompanhamento são os deputados integrantes da CPI, do nosso Bloco de apoio ao Governo e mais na pessoa do líder do PDT, Deputado Valdir Rossoni. Não sei em que imprensa, em que jornal, em que lugar V.Exas. ouviram alguma declaração desse Parlamentar se envolvendo num terreno que não é seu, porque afinal de contas, nem sequer da CPI do Porto, que também está trabalhando na coleta por enquanto de material, porque é uma CPI bastante complexa e não queremos nos atrapalhar na continuação, porque não queremos que esta CPI, como tantas outras dê em nada, estamos indo com muita cautela nessa questão da CPI do Porto de Paranaguá, não tenho me envolvido. Confesso que acredito que V.Exas. viram fantasmas e que não foi

da minha pessoa qualquer declaração nos últimos dias em relação à CPI da SANEPAR. Talvez alguém tenha falado alguma coisa e tenha citado o meu nome, mas é difícil da gente poder em alguns momentos, fiscalizar toda essa situação, mas garanto V.Exas., que não tenho me posicionado, não tenho me envolvido na questão da CPI da SANEPAR, estou acompanhando, tenho até recebido em alguns momentos, o descontentamento de alguns parlamentares, da forma como em algum momento se conduziu a CPI, mas nada que possa desmerecer o trabalho dos senhores parlamentares que fazem parte desta CPI, que também quero que chegue ao final, com o resultado, que aponte os verdadeiros culpados. É isso que queremos.

Não queremos uma "caça às bruxas". O que nós queremos é que esta Assembléia exerça o seu papel de fiscalizadora dos órgãos do governo do Estado, do governo passado, do governo presente. É obrigação e é direito desta Casa.

Senhor Presidente venho à tribuna para dizer que hoje pela manhã o governo do Estado do Paraná dá mais um salto no seu crescimento e o entusiasmo das palavras do Deputado Nelson Tureck nessa tribuna hoje pela manhã, é o entusiasmo que sinto e que vejo nas pessoas deste Paraná, pelo que está fazendo neste Governo de Jaime Lerner.

O salto que estamos dando na qualidade de vida aos paranaenses, a possibilidade de um crescimento desse Estado e hoje pela manhã, com a presença do Presidente Aníbal Khury e de outros parlamentares no Palácio, nós vimos o entusiasmo do governador do Estado, nós vimos o entusiasmo do empresariado que lá estava e que acredita nas ações deste governo e vejam, só para dar um exemplo e aqui peço um testemunho do Deputado Reni Borsatto, anteontem um empresário de Mauá da Serra queria envolver-se neste projeto de parceria com o governo do Estado. Colocou a sua posição e prontamente em 48 horas já está firmado o convênio com o Governo do Estado. Já está sendo viabilizada esta possibilidade que vai render ao município pequeno de Baú da Serra, com pouco mais de 4 mil habitantes. Não o conheço. Vai gerar já de início, aproximadamente, 200 a 250 empregos.

É esse entusiasmo refletido aqui, desta Tribuna, pelo Deputado Nelson Tureck.

É o entusiasmo do Governador que acredita naquelas ações, na sua criatividade e acredita no potencial deste Estado.

Que não pode mais ficar à mercê de apenas 6 meses de trabalho. Este Paraná vai ter 12 meses de trabalho. Vem aí projetos importantes. E hoje, pela manhã, o Governador apresentou a estrutura definida de instrumentos de apoio e incentivo ao desenvolvimento econômico do Paraná que é

a sequência de programas que vêm sendo desenvolvidos desde o início do ano e a consolidação de mecanismos de investimentos, atração de empregos e geração de renda, que compõem a política de ação do Governo do Estado do Paraná.

Basicamente o Projeto lançado hoje, apoiado sobre a política de incentivos se quer fiscais - com a criação dos programas Paraná mais emprego e Parceria Empresarial. E ao mesmo tempo, também, se despedia o Secretário Kalil Cury Filho da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico para assumir um cargo, também, na Paraná Desenvolvimento.

O Paraná cresce aos olhos de todos, talvez de alguns incrédulos, de alguns ainda que querem talvez ver o pior acontecer. Mas num momento de crise pela qual passa o país, num momento de recessão, num momento de quebraadeira que está aí - levando funcionários do Banco do Brasil ao suicídio, levando empresas à falência, a concordatas, levanta uma quebraadeira geral, o Paraná dá a volta por cima: pela criatividade e, acima de tudo, pela credibilidade do Governador Jaime Lerner.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Então o Senhor acha que aqui o Paraná está dando certo?

É isso? O Senhor acha que aquele slogan: Paraná, é o Brasil que está dando certo é verdadeiro então?

O SR. ALGACI TULLIO - Não, acho que o slogan pode não ser verdadeiro, colocado na palavra de quem o criou, mas porque o Paraná, realmente, sempre deu certo.

O Paraná é o Paraná de um povo trabalhador, não é um Paraná de políticos enganadores. O Paraná é um Paraná de um povo trabalhador. Sempre foi essa a sua característica!

Só que o povo do Paraná, talvez, não teve no seu comandante maior a credibilidade para fazer este Estado se desenvolver e que agora está tendo.

E que agora está tendo! Este é o Paraná realmente que o Brasil vai conhecer: pela criatividade, pela obra do Governador Jaime Lerner, pela parceria com o empresariado, pela parceria com esta Casa que tem dado ao Governo do Estado, em função do bom relacionamento, do respeito que o Governador admite a esta Casa, é isto que faz o Paraná dar certo.

São menos de 6 meses de governo e aí estão os primeiros resultados.

O Pólo do Coro da Região do Vale do Ivaí. Vem aí o Pólo da Seda; o Pólo Madeireiro; o Pólo Turístico também. Então é preciso acreditar. É preciso largar mão

dessa história de ficar com ciúme. Isto é coisa que não passa pela pessoa do Governador e nem pela nossa pessoa.

A Bancada Governista nesta Casa tem se mantido calma, tranqüila, tem feito seu papel de mostrar o crescimento do Paraná sem olhar para trás.

Admitimos que cada governo que passou pelo Paraná fez a sua parcela de contribuição.

Reconhecemos isto: uns mais, outros menos. É isto que nós queremos - a credibilidade.

A credibilidade que temos certeza fará com que este Paraná cresça cada vez mais. Independente das facções políticas.

Queremos que a Bancada do PMDB, que os Prefeitos do PMDB nas suas cidades continuem recebendo o apoio do Governador.

Queremos que os Prefeitos do PP continuem recebendo o apoio do Governador do Estado, que os Prefeitos do PT continuem recebendo, porque esta somatória é que vai fazer o crescimento do Paraná. Não será com divisas, não será com revanchismo político que o Paraná vai crescer, Deputado Orlando Pessuti.

Gostaria quando vem aqui colocar o entusiasmo que vi na palavra e nos gestos do Deputado Nelson Tureck. O entusiasmo que vi hoje pela manhã e que o Presidente desta Casa também viu hoje pela manhã nas palavras do Governador Jaime Lerner, daqueles empresários que lá estavam e que certamente vão contribuir para que o Estado do Paraná cresça cada vez mais.

Concedo aparte ao Deputado Angelo Vanhoni, se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, peço a palavra Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aparte rápido e rasteiro.

O SR. ANGELO VANHONI - Rápido e bem rasteiro.

Deputado Algaci Túlio, vou seguir o preceito do Deputado Eduardo Trevisan: sei duro, porém terno.

Tenho em posse um fax nas minhas mãos e vou lê-lo.

Este fax é enviado pela Liderança do Governo. Assembleia Legislativa, Deputado Algaci Túlio, para emissoras, imprensa, expedido por Alexandre Vidal, não sei se o Senhor conhece este rapaz. Tem o número do fax, tem o número do telefone, tem o carimbo da Liderança do Governo e diz o seguinte: (Lê):

"Desviados 8 milhões da SANEPAR".

Na medida que os depoimentos vão sendo prestados na CPI da SANEPAR, surgem fatos que provam a existência de um bem montado esquema de corrupção naquela empresa, cujo desvio atinge a cifra de 8 milhões de dólares conforme constatado no Relatório da Auditoria feita nas contas da SANEPAR, referentes ao período administrado pelo Governo do PMDB.

Um dos exemplos mais graves que consta no relatório da auditoria feito pela empresa Directa, RDO, revela que em alguns casos ocorreu super faturamento na construção de rede de esgoto prevista nos projetos do PROSAM, uma vez que a diretoria da época autorizou o pagamento de 850 reais por metro linear, enquanto que na lista de preços da SANEPAR constava o valor de 100 reais.

Todas estas informações não condizem com o que está no Relatório da DIRECTA: Isto equivale dizer que na auditoria realizada prova-se o super faturamento de mais de 700%. É em relação a outro fato de 700% e não estes arrolados aqui no fax.

Deputado, se o Senhor não tem conhecimento das declarações que seu Gabinete está prestando pela imprensa, eu sugiro que vossa Excelência faça uma reunião com os membros da sua Assessoria jornalística, com o chefe de gabinete, porque isto aqui foi enviado pelo seu Gabinete para a imprensa de Curitiba e do resto do Paraná.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, nesta Casa, temos visto o que sai na imprensa que o Deputado Fulano de Tal, fez um pronunciamento na Assembleia, usou da Tribuna, e imprensa publicou, só que o Deputado não fez o pronunciamento.

Quero dizer a Vossa Excelência que em nenhum jornal de hoje Vossa Excelência encontrou esta informação.

Dizer a Vossa Excelência que em nenhum momento no meu Programa de Rádio tenho citado qualquer notícia com relação a CPI.

Muito pelo contrário. Os repórteres da nossa equipe fazem a cobertura aqui na Assembleia.

Evidentemente que nós procuramos abortar esta veiculação tão logo tomamos conhecimento dela para não ficarmos interferindo no trabalho da CPI da SANEPAR.

Quero dizer a Vossa Excelência de que não existe esta matéria, não saiu, ela foi evitada no momento que este Parlamentar tomou conhecimento de que ela seria publicada.

Agora, sabemos, a CPI está aí para levantar. Existem as acusações, existem as denúncias e esse é o papel da CPI da SANEPAR, senão não teria razão da existência desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Mensagem n° 039/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender financeiramente a gerência das Casas Familiares Rurais. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 040/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais), ao vigente orçamento da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com instalação, reforma e adaptação da sede e aquisição de equipamentos para a Rádio e Televisão Educativa do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 041/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, e pelo Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, constante do expediente, que estabelecendo o inciso III, do artigo 10, da Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, cumpre dar ciência a esta Casa, que expediu o Decreto n° 821, de 25 de maio de 1995, através de cópia anexa à mensagem, tendo por objetivo dar cobertura orçamentária à execução de convênio firmado em 1994, entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e o Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal, que visa implementar ações do Programa Nacional do Meio Ambiente - PMA, com vigência até 31/12/96. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 042/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 419.489,00 (quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e oitenta e nove reais), aos vigentes orçamentos próprios do Paraná Esporte e Turismo, com base na Lei Estadual n° 11.066, de 01 de fevereiro de 1995. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 043/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de

lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 160.246,00 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e seis reais), ao vigente orçamento próprio da Coordenação da região Metropolitana de Curitiba - COMEC. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 044/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Esporte e Turismo, aprovado pela Lei Estadual n° 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender despesas com execução de obras dos Sistemas de Ar Condicionado e de Prevenção contra Incêndio e dar cobertura orçamentária a despesas correntes, despesas com pessoal e investimentos. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 045/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 8.771.858,00 (oito milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e oito reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade do Oeste do Paraná, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho, Faculdade de Direito do Norte Pioneiro, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Faculdade de Artes do Paraná, Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí e Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 047/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Guaraci, o imóvel de propriedade do Estado, situado no Distrito de Bentópolis, naquele município, com área de 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), conforme transcrição n° 16.178, livro 3-P, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaguapitã, com as metragens e confrontações que especifica. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 048/95, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de

lei que objetiva alterar os Anexos I e III, artigo 2º, da Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978, já modificados pela Lei nº 10.956, de 15 de dezembro de 1995.- A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o nome do Deputado para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, como titular que investiga as responsabilidades ocorridas no acidente do Teleférico de Matinhos. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1757, de autoria do Senhor Deputado Toti Colação, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 171/95, de sua autoria. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/95, de autoria do Deputado Caio Quintana, que modifica a redação dos § 2º do artigo 16 da Lei nº 8.925, de 28/12/88, que alterada pela Lei nº 11.017, de 28/12/94. (I.P.V.A.). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura de Secretaria de Segurança Pública, o Departamento de Defesa, Investigação e Orientação às Famílias de Crianças desaparecidas no Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Apreciação da emenda de 2ª discussão. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovada.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/95, de autoria do Poder Executivo, que objetiva estabelecer normas pertinentes à defesa do sanitismo vegetal no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.A.I.C.. EMENDAS DA C.A.I.C..

Duas Emendas da Comissão de Agricultura.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovada.** Mesma Comissão, 2ª Emenda.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovada.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 145/95, de autoria do Deputado Ângelo Varnhoni, que revoga a Lei nº 9.342, de 19 de julho de 1990, e dá outras providências. (Criação do Município de Pontal do Paraná). PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

O Projeto de Lei 145 foi retirado para constar da Ordem do Dia de segunda-feira.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/95, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que declara de Utilidade Pública a "Comunidade do 3º Plano - CTP", com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a ceder em doação o veículo marca Toyota, modelo jipe, ano de fabricação 1977, placa AQ-4211, de propriedade da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, à Prefeitura do Município de Conselheiro Mairinck. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/95, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná a ceder em doação a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 1208, série 3201600, ano de fabricação 1986, de propriedade do Departamento de Estradas e Rodagem - DER, à Prefeitura do Município de Arapoti. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento n° 1777, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1774, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1751, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentei esse requerimento pedindo a transcrição nos Anais da Casa do discurso de posse do Doutor Lauri Caetano da Silva, posse esta ocorrida ontem junto ao Tribunal de Contas do Estado, como Procurador Geral do Governo, junto àquele egrégio Tribunal de Contas, por uma única razão; Ao Parlamentar, ao Deputado, dentre outras atribuições cabe regimentalmente a de pedir, quando julga conveniente e oportuno, a transcrição de qualquer artigo, de qualquer pronunciamento, de qualquer matéria os Anais da Casa, para que passe, a partir deste momento, com a aprovação, evidentemente do Plenário, a fazer parte do acervo histórico da Casa. E o discurso do Dr. Lauri, ele, na sua essência e todos os que prestigiaram a sua posse, devem testemunhar o que estou a dizer, ele foi praticamente uma apologia, uma pregação do Poder Legislativo, tendo no Tribunal de Contas um órgão auxiliar um órgão de assessoramento técnico na fiscalização das contas do Estado e dos Municípios. E que, por isso mesmo, esta Casa deve ter este pronunciamento registrado em seus Anais.

Foi, sem dúvida, um momento de afirmação da Assembléia oriundo que é o Ministério Público, e com experiência exercidas em funções semelhantes às que nós, Deputados, exercemos, Sua Excelência, sem dúvida alguma, ao substituir o Dr. Henrique Nageboren, fará um trabalho, que não tenho dúvidas, ao final de sua gestão será digno de reconhecimento.

Por isso, Sr. Presidente, é que pedi que fosse transcrito nos Anais da Casa o seu pronunciamento, não é solenidade, ou-

tros Deputados, dentre os quais o Deputado Romanelli, testemunharam a essência e o conteúdo do pronunciamento do Dr. Lauri. E sendo esta Casa, constitucionalmente responsável pela fiscalização da coisa pública, do dinheiro público, quer estadual ou municipal, o Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas, que é um órgão de assessoramento desta Casa, tem um papel extremamente importante a desempenhar, em parceria com este Parlamento.

Por estas razões é que pedi a transcrição, no Anais do pronunciamento do Dr. Lauri, e gostaria de contar com o apoio, indispensável, dos nobres colegas Deputados.

O SR. ROMANELLI (Para Encaminhar) - Acerca deste requerimento do ilustre Deputado Tavares, eu quero crer o seguinte: - muito mais que a forma o que vale é o conteúdo. Esta, na verdade, foi a síntese do pronunciamento do Procurador de Justiça, Lauri Caetano da Silva, que seguramente vai àquela casa, a este Tribunal de Contas, que muitas vezes até tem sido questionado aqui na Assembléia Legislativa, mas vai com uma visão extremamente importante, de que aqui, neste nosso Paraná, pelas precariedades que temos, pela precariedade da Legislação, que é cada vez mais complexa, e que faz com que prefeitos e vereadores, deste nosso Paraná, fiquem à mercê da interpretação rígida, bacharelesca, muito mais da forma do que do conteúdo.

Ontem ouvia, Sr. Presidente, o Procurador de Justiça, Dr. Olympio, falar sobre a abertura de 80 processos contra prefeitos do Paraná.

E na verdade é o seguinte: o que deve ser discutido é a essência, o conteúdo, é que se houve na gestão do recurso público dolo, se houve má-fé na aplicação ou se foi na forma que pode se ter cometido uma irregularidade.

Porque muitas vezes, porque quem faz o grande trambique, este seguramente passa impune, e quem se torna vítima desta Legislação são justamente as Câmaras municipais e os prefeitos paranaenses, que erram, muitas vezes num formalismo excessivo e o Procurador novo junto ao Tribunal de Contas, Lauri Caetano, vai com uma visão moderna da administração pública, para analisar o conteúdo e creio que vamos viver novos tempos, porque ele vai com uma visão renovada do processo administrativo e político do Paraná.

Congratulo-me com a sua iniciativa Deputado Tavares, e também peço que os Senhores Deputados votem sabendo que estão votando a transcrição de um discurso que na minha avaliação, será histórico para

esta nova relação com o Tribunal de Contas do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Associado às manifestações dos Deputados Tavares e Romanelli.

Como Presidente desta Casa, portanto, com ligações com o Tribunal de Contas, que condicionalmente é quem colabora com a Assembleia na fiscalização porque entendo que está passando a época de "caça às bruxas".

Parece que se tem satisfação de martirizar os prefeitos e vereadores e ex-prefeitos também.

Esta lei que estabelece o regime das concorrências é uma lei draconiana, fora do seu tempo, que todo mundo é ladrão.

Por isso mesmo acho que o pronunciamento do Doutor Lauri, foi oportuno e me associou a esta manifestação da Casa, dos Deputados e vou submeter a voto o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

Requerimento n° 1758, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1742, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1750, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos n° 1743 a 1746, 1762 e 1763 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1748 e 1749, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1759, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1761, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.**

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento n° 1747, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1773, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1775, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento n° 1780, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1778, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1776, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1784-A, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1781 a 1784 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Deputados para a Sessão Extraordinária, hoje, à hora regimental, com a presença do Senhor Ministro Nelson Jobim.

Marca, ainda, uma sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 007/95 e do projeto de Lei n° 142/95.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n° 031, 078, 130 e 183/95.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 049/95.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 145/95 e 017/95.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 034/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1995.

"Discurso de posse do Senhor Lauri Caetano da Silva - Procurador do Tribunal de Contas do Estado".

Saudação as autoridades presentes.
Agradeço, do fundo do coração, as amá-

veis palavras a mim dirigidas pelo(s)... Sua(s) Excelência(s) foi (foram) bastante generosa(s) para comigo, realçando minhas poucas qualidades e minimizando minhas muitas carências.

A enorme responsabilidade que nos é cometida, de contribuir e auxiliar para o aperfeiçoamento e equilíbrio das relações negociais envolvendo finanças públicas, transforma este momento solene em severidade repleta de preocupação.

E essa preocupação se avulta, porque é a primeira vez que me afasto do Ministério Público.

Porque sinto-me honrado com a nomeação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Jaime Lerner, demonstrando dia-a-dia a todos os paranaenses que além de grande administrador e empreendedor, detém grande sensibilidade política, conduzindo o Estado como um verdadeiro magistrado.

Porque reconheço que a escolha do meu nome não está alavancada em méritos pessoais, mas na bondade e generosidade dos amigos, dos Deputados Estaduais e do nosso Presidente Aníbal Khury.

Porque é com profunda emoção que assumo a Procuradoria junto ao egrégio Tribunal de Contas.

Prometo envidar todos os esforços para bem cumprir as novas funções, contando com o inestimável apoio e estímulo dos meus ilustres Pares, a cujas lições de experiência e sabedoria estarei sempre atento.

Sei que a tarefa não será fácil, mesmo porque cumpre-me substituir nesta Casa o Eminentíssimo Doutor Henrique Negeboren, advogado e professor de grande saber jurídico, ilibada conduta e inexedível no cumprimento do dever. Tais qualidades, foram publicamente reconhecidas quando teve seu nome recomendado e aprovado pela augusta Assembléia Legislativa, para ocupar o cargo de Conselheiro.

Conforta-me saber que passarei exercer funções assemelhadas de Ministério Público junto a este Tribunal, que soube, desde a sua criação, dirimir conflitos e velar pelas finanças públicas dos poderes constituídos do nosso Estado, missão da qual se desincumbe com inegável êxito, não obstante às dificuldades enfrentadas com o crescimento das instituições e dos apelos da população para que os princípios gerais constitucionais encontrem efetividade na administração pública.

Inegavelmente os Conselheiros e Grupos Técnicos que compõem este Tribunal, têm a consciência tranqüila e a justa satisfação do cumprimento do dever.

Que poderia eu dizer neste momento, de alguma valia, exceto a firme convicção do Promotor de Justiça de que o momento de transição por que passa o Brasil exige de

todos atenção redobrada na defesa da ordem jurídica, único caminho capaz de nos conduzir a um "porto seguro" de progresso e desenvolvimento.

Agressão à ordem jurídica, como não poderia deixar de ser, acarreta um terrível ônus, desorganiza a economia e as finanças públicas, incentivando a desobediência civil, leva o país à beira de convulsões políticas, sociais e institucionais, conforme alerta o cientista social Hélio Jaguaribe.

O Direito não é uma pura teoria, mas uma força viva.

Uma força voltada para o homem, que compreende as suas angústias e dificuldades e que só é legítima quando encontra soluções geradoras de paz e tranqüilidade.

Senhor Presidente, Senhores Procuradores.

Nenhum Tribunal funciona sem a presença de um Procurador ou de um representante do Ministério Público. É uma imposição legal, que se fundamenta na própria natureza e finalidade dos colegiados - distribuir justiça, garantindo os direitos e velando para que o Estado possa realizar o seu mais alto objetivo, o bem comum.

Como membro do Ministério Público do Estado do Paraná, reconheço da importância da Procuradoria junto ao Tribunal de Contas, embora não tenha a mesma natureza e nem as mesmas funções do Ministério Público da Justiça comum, militar, eleitoral e trabalhista.

Essa distinção essencial, que extrema as duas representações, se baseia na natureza deste Tribunal.

Não é de hoje que se discute a importância do Tribunal de Contas, diante da necessidade crescente de uma fiscalização técnica e eficaz do emprego do dinheiro público.

Nos últimos tempos o governo agigantou-se e, em consequência, ampliou-se o volume de seus recursos provenientes de tributos, que os contribuintes exigem bem administrados.

Para atender as crescentes cobranças é oportuna e necessária a fiscalização política exercida pela Assembléia Legislativa e Câmaras Municipais, é indispensável o controle metódico e técnico exercido pelos Tribunais de Contas.

"As finanças públicas constituem assim o ponto central de todo o regime administrativo."

A função do Procurador junto ao Tribunal de Contas flui na natureza e competência constitucionais do órgão fiscalizador. Circunscreve-se nos limites da justa interpretação da lei no que se relaciona com o uso correto dos recursos e bens públicos, partindo da premissa de que todo ad-

ministrador público, em princípio, pratica atos de gestão objetivando unicamente satisfazer os interesses da comunidade.

Devemos lembrar que nem todo ato ilegal é lesivo, mas todo ato lesivo ao patrimônio público é ilegal, não obstante venha revestido de boa forma.

A chamada ilegalidade formal, baseada exclusivamente na rígida observação de regras procedimentais, jamais podem sobrepor-se a utilidade e finalidade do ato de gestão.

Penso que é tempo de meditar sobre o tema, principalmente tendo em consideração as virtudes que balizam os costumes dos políticos de hoje, bem diferentes daqueles que no passado cometeram faltas injustificadas, inspirando a desconfiança do legislador.

Como consequência, se estabeleceu o falso primado da legalidade formal absoluta, que está a merecer grande exercício de interpretação, pois ao privilegiar excessivamente a forma, poderemos estar inviabilizando os atos honestos, oportunos e corretos do administrador público.

É o que de certa forma proporciona a nova lei de licitações.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA À RE-

QUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOEL COIMBRA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1995.

"UNIOESTE, ABORTO E CÁRIE DA BUROCRACIA"

Gazeta do Povo.

Essa lei que deveria nortear seus princípios de modo a dar segurança aos atos do administrador público, na grande maioria das vezes cria impasses intransponíveis, gerando intranquilidade.

Esta realidade não tem o condão de afastar o bom método e a boa técnica, que devem ser utilizados e aprimorados para a perfeita execução das leis orçamentárias.

Mas, tenho para mim, que a análise das chamadas ilegalidades formais, somente podem completar e refletir um juízo de valor à vista da ilegalidade material que compreende o dolo e a má fé.

Este é, Senhores Procuradores, o grande desafio, que certamente será vencido, pela amizade, a sã camaradagem e a convivência fraterna.

Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOEL COIMBRA, EM SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 1995.

"UNIOESTE, Aborto e Cárie da Burocracia"
Gazeta do Povo

Convidada a participar de reunião com profissionais da medicina e odontologia radicados em Cascavel, dias atrás, tomei conhecimento de alguns detalhes relativos ao momento atual das faculdades de medicina e odontologia da Unioeste. Além de acesso a centenas de papéis, documentos e termos do vocabulário jurídico. A situação é grave e está a exigir solução urgente. A palavra não pode ser a da guerra, mas a da paz. Convalidar eventuais equívocos administrativos de somenos importância, retificá-los, ajustá-los e aplacar ânimos polêmicos parece ser a ordem do combate. O caso é paramente administrativo, por isso a voz do Oeste deve soar forte nas esferas públicas competentes: governador, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, vereadores, venham à luta, a solução judicial constitui expectativa perigosa e de consequências irreversíveis, a administrativa, factível e mais segura é a via normal.

Diz antigo adágio popular que a boca, o burro, o sino e o preguiçoso, sem pensar nenhum faz seu ofício - a burocracia também... Enquanto é tempo, bata-se, e muito forte, no esmaralhado burocrático para dele extrair-se solução administrativa ideal e capaz de salvar nossas duas faculdades de seus filiações ao longo do tempo. Por outro lado, falar-se em inflar o mercado de trabalho, sobre parecer argumento frágil, constitui inverdade palmar. Nos municípios do interior, em especial nos mais distantes dos grandes centros urbanos, a falta de médicos e dentistas é evidente.

A par de sutilezas burocráticas lançadas pelo Conselho Estadual de Educação, autarquia classista, uma sociedade civil, também classista, e a própria União, na qualidade de um tal litisconsórcio stivo, pleiteiam na Justiça Federal a anulação dos atos administrativos de instituição e implantação de nossas duas faculdades. E o fazem com surpreendente sucesso, este aliado à reconhecida cultura jurídica de seus ilustres patronos. A estege das leis, decretos e pareceres, inebriante brilhante, não consegue reprimir uma natural indignação de quantos tomem conhecimento do assunto: as representações de classe dos médicos e dentistas querem impedir a formação de outros médicos e dentistas, por quê? As decenas no país outras representações classistas lutam desesperada-

mente pela criação de novos empregos e fontes de trabalho, que razões levariam classes profissionais consideradas de elite à tomada de posição diametralmente oposta? Respeitamos nossa representação profissional, pelas muitas e gloriosas lutas, mas neste particular a democrática discordância pendeu para o lado do povo da região oeste. Aliás, a excelência dos nomes que compõem os Conselhos de Medicina e Odontologia sugere como única e plausível a suposição de que a iniciativa da ação judicial só pode ser levada à conta do excesso de zelo na defesa de seus filiados.

Sabe-se que na proposição de qualquer ação judicial o autor da medida tem de demonstrar interesse e legitimidade inequívocos. Essas duas condições são imprescindíveis ao início e andamento do processo em juízo. É difícil conceber que o Conselho Federal de Medicina, Conselho Federal de Odontologia e Associação Médica do Paraná possam ter justo interesse de impedir a formação de novos médicos e novos dentistas, quando é certo que a sobrevivência deles depende inexoravelmente da renovação de seus filiados ao longo do tempo.

Por outro lado, falar-se em inflar o mercado de trabalho, sobre parecer argumento frágil, constitui inverdade palmar. Nos municípios do interior, em especial nos mais distantes dos grandes centros urbanos, a falta de médicos e dentistas é evidente.

Assim, se parece tarefa difícil, sendo impossível, identificar-se qualquer interesse capaz de justificar a impetração da lide pelas entidades classistas, maior é a dificuldade de estabelecer suas legitimidades processuais. Do conteúdo dos respectivos estatutos definiu claro que o

objetivo das entidades é a fiscalização da atividade profissional de seus filiados no respeitante a procedimentos éticos, técnicos e científicos, a congruação e a união dos profissionais inscritos. Vai daí que as faculdades de medicina e de odontologia, de resto as demais do conglomerado universitário, e bem assim seus alunos, por não pertencerem aqueles quadros, não se sujeitam aos seus ditames estatutários, situação que desfigura a legitimidade de postular em juízo.

O povo do Oeste paranaense esperava e contava com a participação efetiva e entusiasmada dos órgãos representativos dos médicos e dentistas em favor da criação das faculdades; estupefato, não consegue entender a reação levada ao Judiciário. Apesar de tudo, nada obsta um reexame da situação, numa reversão de posições.

A sabedoria da gente do interior absorve com certa facilidade as fauces administrativas, morosidade, erros, indefinições e outras mazelas do setor público e, assim, confia que quando o objetivo é honesto - caso das duas faculdades -, mas cedo ou mais tarde os atos administrativos adequem-se corretamente aos quadros desejados. Atemoriza-a, todavia, quando o problema cai na Justiça, por iniciativa exatamente de quem se esperava apoio.

Este é o ponto, nervo vital da questão: chamar as lideranças políticas do Paraná para encontrarem mecanismos e ajustes administrativos capazes de tornar sem objeto o mérito da questão judicial, evidentemente sem nenhuma interferência processual. Senados ou eventuais erros cobrados na Justiça, pela via administrativa a ação sucumbiria sem vencedores, porém com as duas faculdades dando aulas.

A implantação dos cursos de medicina e odontologia na Unioeste está garantida por ótimas condições físicas, laboratórios, equipamentos, recursos humanos e financeiros, tudo baseado em criteriosa investigação social de suas necessidades. Essas excepcionais condições podem até

ser ignoradas fora do Oeste, à falta de divulgação, mas a constatação é fácil em Cascavel e campi nas cidades de Mar. Cândido Rondon, Toledo e Foz de Iguaçu. Ao que se sabe, a Unioeste criou e implantou as duas faculdades sob a égide do princípio constitucionalizado da autonomia universitária e, para tanto, cumpriu as exigências e requisitos de sua validade, processos esses em trâmite nas esferas administrativas competentes e no aguardo de eventuais retificações ou suprimendas.

Toda essa obra, fruto do trabalho e do entusiasmo da gente do Oeste paranaense, recebe agora as boas graças do Mercosul, engrandecendo-a e notabilizando-a sobremaneira.

No encontro e desencanto de regras, requisitos, pareceres e decretos, revogados ou re-afirmados, que prevaleça o ditame da Lei Magna, segundo a qual a autonomia didático-científica compreende a criação e organização de cursos, exatamente o que o Sudeste pediu, gerou e construiu. Além do desperdício, seria pena por demais dolorosa impingir essa fantástica obra já concluída, e bem concluída, tão-só para bombardear polemistas da burocracia. A região oeste, grande e bem distante dos centros universitários de Ponta Grossa e Maringá, tem as condições ideais para conciliar seu interesse pelas faculdades de medicina e odontologia com a dimensão geográfica do território, vasto populacional, importância econômica vocação cultural, radiações do Mercosul etc.

Negar aliterge à educação e/ou impedir seu funcionamento regular em nosso país constitui, no mínimo, tarefa insensata. No Paraná, a viável as pretensões arrojadas, o curso de medicina será abortado e a criação morris do de odontologia serão as cáries da burocracia.